



# Guia de Itinerários Formativos

**Volume I**

Planejamento, estudos e diagnósticos para os Itinerários Formativos



# Ficha Técnica

## Idealização

Instituto Reúna

## Apoio

Itaú Educação e Trabalho  
Instituto Natura  
Instituto Sonho Grande  
Fundação Telefônica Vivo

## Apoio Institucional

Fundação Lemann  
Imaginable Futures

## INSTITUTO REÚNA

### Diretoria-executiva

Kátia Stocco Smole

## Coordenação de projetos

Bruna Henrique Caruso  
Clea Maria da Silva Ferreira  
Daniel Ramos Cordeiro  
Mariana Costa Marcondes  
Marcos Vinicius Rossi

## EQUIPE DE PRODUÇÃO

### Produção técnico-pedagógica

Bruna Henrique Caruso  
Clea Maria da Silva Ferreira  
Daniel Ramos Cordeiro  
Kátia Stocco Smole  
Mariana Fátima Muniz Soares  
Renato Alves Resende  
Rodrigo de Souza Araújo  
Taciana Ferreira Vaz

### Educação a distância (EAD)

Betina von Staa

### Educação especial

Fernanda Squassoni Lazzarini

### Educação indígena

Jósimo da Costa Constant

### Educação no campo

Karla Tereza Amélia Fornari  
de Souza

### Medidas socioeducativas

Marisa Fortunato

### Educação de jovens e adultos e ensino noturno

Monica Silva Tavares

## Educação quilombola

Nádia Maria Cardoso da Silva

## Ensino Médio em tempo integral

Renata Lazzarini Monaco  
Roberta Maia Pontes

## Leitura crítica

Bruno Pereira Garcês  
Hugo Bovareto de  
Oliveira Horsth  
Marisa Montrucchio  
Caetano Pansani Siqueira  
Catarina Ianni Segatto  
Gustavo Blanco de Mendonça

## UX designer

Izadora Ribeiro Perkoski

## Tecnologia

Fabiana Cabral Silva

## Edição de texto

Maggi Krause

## Edição e revisão de texto

Mariane Genaro

## Projeto gráfico e diagramação

Victor Borges Malta

## Ilustração

Sabrina Zerlini de Sá

## CONSULTORIA

### Alison Fagner de Souza e Silva

Chefe da Unidade do Ensino Médio - SEE PE

### Ana Coelho Vieira Selva

Secretária Executiva do Desenvolvimento da Educação - SEE PE

### Anna Penido

Diretora do Centro Lemann de Liderança para Equidade na Educação

### Danielly Franco de Matos

Chefe de Divisão de Ensino Médio da Seduc-AC e coordenadora de Etapa de Ensino Médio - ProBNCC

### Durval Paulo Gomes Júnior

Assessor Pedagógico da Secretaria Executiva de Desenvolvimento da Educação-SEDE - PE

### Flavia Leal King Baleche

Assessora pedagógica - SEED PR

## Léia Gonçalo da Silva

Gerente executiva de Ensino Médio - SEE-PB

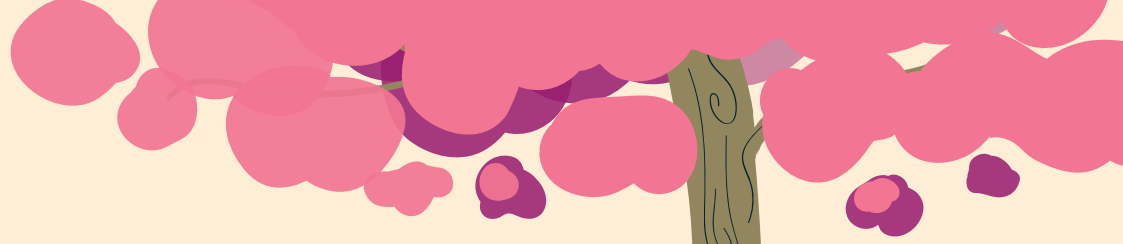
## Marcia Proescholdt Wilhelms

Gestora de Ensino Médio e Educação Profissional/COPEMEP/SUPED/SED/MS

## Natalino Uggioni

Frente Nacional Currículo e Novo Ensino Médio do Consed

# Sumário



- 4 A árvore**
- 5 Apresentação**
- 9 Ponto de partida**
- 11 As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio**
- 17 Metodologia de elaboração deste guia**
- 19 ETAPA 1  
Planejamento da implementação**
- 30 ETAPA 2  
Estudos**
- 39 ETAPA 3  
Ciclo de diagnósticos**

# A árvore

A árvore representa estrutura e força. Depois da germinação, precisam de energia e impulso para começar a sair do fundo dos solos. Com uma raiz forte e bem ramificada, tornam-se plantas saudáveis com mil e uma possibilidades diferentes de visual, altura e formato. Uma planta mal enraizada está fadada a não sobreviver. Não só as raízes fortes sustentam a árvore, mas também seu caule é responsável pelo transporte de água e minerais para as folhas, garantindo um desenvolvimento saudável. Além de necessitarem de sol, ar e nutrição, poucas são as árvores que sobrevivem sozinhas; muitas precisam estar em um ambiente com outras, inclusive de outras espécies, para sobreviver.

Da família *Bignoniaceae*, e dos gêneros *Tabebuia* e *Handroanthus*, o ipê é uma árvore nativa brasileira<sup>1</sup>. Seu nome, de origem tupi, significa “árvore de casca grossa”. Existem mais de 10 espécies de ipês, em suas mais variadas características: de norte a sul do Brasil, com flores brancas, amarelas, rosadas,

<sup>1</sup> Fontes: <http://www.invivo.fiocruz.br/biodiversidade/a-flor-simbolo-do-brasil/>. INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS. Quais são as partes da árvore e as suas funções?. 2020. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/conteudo/quais-sao-as-partes-da-arvore>. Acessos em: 4 jun. 2022.

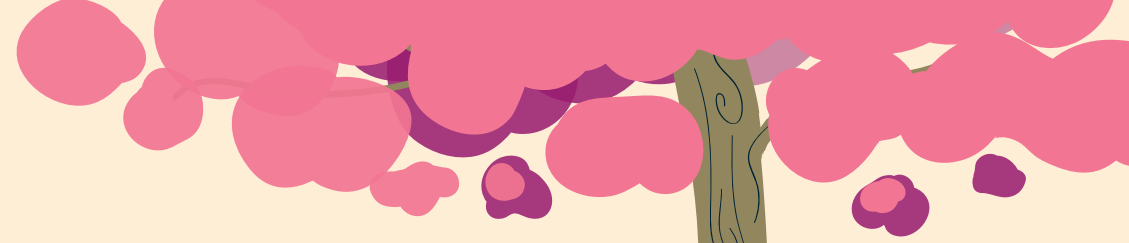
lilases e roxas, em Florestas Tropicais, Cerrado e Caatinga, cada região com sua flor. Algumas florescem no calor e outras nos dias cinzentos de inverno, informando a chegada da primavera. A árvore-símbolo do Brasil é usada na construção civil, na indústria naval e na marcenaria. Serve como remédio e chá e tem o poder de enfeitar qualquer cenário com sua beleza.

Assim como as árvores, esse guia tem o propósito de lançar raízes num solo fértil e, com muita estrutura, orientar o crescimento de um caule que alimente com ideias e boas propostas os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio. O desafio é coletivo e se desdobra em muitas etapas. Mas, à semelhança do ipê, que pode florescer com cores e em momentos diferentes, dependendo do contexto e das escolas, elas se configuram de formas totalmente distintas umas das outras, sem, no entanto, prescindir de uma base sólida. Nosso convite é para que você nos acompanhe na jornada do Guia Itinerários Formativos para entender a estruturação, o planejamento, as condições e os desafios que influenciam a construção e a implementação de variados Itinerários Formativos,

levando em conta as muitas modalidades e ofertas educacionais. Que o conhecimento se mostre denso como um tronco, mas aponte para a leveza das folhas e para a beleza das flores. Que a passagem das estações só reforce suas cores e formatos e possa encantar, assim como aos amantes da flora, os mais dedicados educadores.



# Apresentação



**O**lá! Bem-vindo ao desafio de tecer Itinerários Formativos! A equipe do Instituto Reúna elaborou este Guia para apoiar os responsáveis pelo processo de implementação do Novo Ensino Médio nas Secretarias de Educação. É uma publicação que elenca os principais pontos a considerar até que os estudantes comecem de fato a seguir as opções de Itinerários oferecidas pela rede.

Em especial, nosso público são os técnicos das Secretarias de Educação das redes estaduais e distrital diretamente envolvidos na criação e implementação dos Itinerários Formativos (IF). Se você se encaixa nesse perfil, saiba que este Guia foi feito para acompanhá-lo nesse período importante e desafiador. Além de apresentar informações relevantes para a compreensão da nossa proposta, convidamos você a fazer reflexões conosco ao longo do estudo do material.

Sabemos que os desafios para colocar em prática essa grande mudança no Ensino Médio não são poucos nem simples. Observamos quanto esforço e dedicação têm sido depositados nesse processo e acreditamos que, juntos, estamos transformando para melhor esta etapa da Educação Básica, em especial porque a nova arquitetura considera os interesses e as necessidades dos jovens, conferindo-lhes maior protagonismo e formando-os para a autonomia.

O Instituto Reúna acompanha de perto a implementação das inovações do Ensino Médio e contribui com as redes em iniciativas como leituras críticas dos

currículos referenciais de cada UF, a produção de um [Guia para Elaboração do Plano de Formação](#), a plataforma de formação continuada [Nosso Ensino Médio](#), o desenvolvimento de um [Referencial para Seriação das Matrizes Curriculares](#), a escrita de ementas para Itinerários Formativos, a elaboração de material de apoio ao professor (estas duas últimas, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo). Por isso, queremos compartilhar com você nossa experiência até o momento e esperamos que os conteúdos do Guia sirvam de inspiração ou referência para o planejamento e a efetivação das mudanças tão esperadas pelas juventudes.

Para maximizar o repertório e a oferta de situações inspiradoras, realizamos entrevistas com técnicos das Secretarias, gestores escolares e especialistas em diferentes territórios. O objetivo foi elaborar diagnósticos das reais necessidades das redes, para considerá-las do modo mais apropriado e completo possível. O grande diferencial deste material é detalhar percursos de implementação dos IFs, ilustrados por relatos de prática que revelam a realidade experimentada por redes de ensino de diferentes UFs, refletindo suas conquistas e seus desafios.

Convidamos você a contar como acontece esse processo na sua rede e a dar uma devolutiva a respeito deste material, pois ele seguirá em construção permanente. Venha colaborar e apontar caminhos para o Ensino Médio dialogando com nossa equipe pelo e-mail: [contato@institutoreuna.org.br](mailto:contato@institutoreuna.org.br)

# Apresentação

Convidamos você a dialogar sobre seu papel de articulador da implementação dos Itinerários Formativos lendo o poema “Tecendo a manhã”, de João Cabral de Melo Neto. Conhece?



## Tecendo a manhã

1.  
Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
De um que apanhe esse grito que ele  
e o lance a outro; de um outro galo  
que apanhe o grito que um galo antes  
e o lance a outro; e de outros galos  
que com muitos outros galos se cruzem  
os fios de sol de seus gritos de galo,  
para que a manhã, desde uma teia tênue,  
se vá tecendo, entre todos os galos.

2.  
E se encorpando em tela, entre todos,  
se erguendo tenda, onde entrem todos,  
se entreendendo para todos, no toldo  
(a manhã) que plana livre de armação.  
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo  
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

MELO NETO, João Cabral de. *A educação pela pedra*. In: OLIVEIRA, Marly (org.) *Obra completa: volume único*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p. 345. Disponível em: <https://www.escritas.org/pt/t/11508/tecendo-a-manha>. Acesso em: 4 jun. 2022.

Como você se sentiu ao ler o poema? Houve ecos com seu fazer cotidiano como liderança e articulador de pessoas e saberes? Você se sente parte de um todo que tece tantas práticas da educação brasileira? Como tem sido a tessitura dos Itinerários Formativos em seu território?

Fazendo um paralelo do poema com o processo de implementação dos IFs, destacamos que é preciso “erguer tendas” nas quais diferentes atores possam se sentir acolhidos, respeitados e pertencentes. É necessário criar um canal de comunicação em que um escute o outro atentamente. Dessa forma, vai sendo construída uma teia tênue de consensos que indicam uma arquitetura de caminhos possíveis. Toda essa colaboração resulta em um catálogo de IFs que reflita as diversidades, as necessidades e os anseios das comunidades escolares.

Em um contexto de gestão democrática, para exercer um papel de liderança e articulação com assertividade, acreditamos que seja essencial começar a criação dos Itinerários com um convite para que cada ator seja protagonista e colabore no ato de arquitetar, elaborando um planejamento que envolva a **corresponsabilização de todos**.

# Apresentação

Premissas que podem guiar seu papel de líder e articulador<sup>2</sup>:

## Comunicação e diálogo

Fazer com que o processo decisório seja sempre dialógico com a escola é fator fundamental para que a implementação dos IFs aconteça de fato. Para isso, sugerimos algumas estratégias:

- Utilizar os canais de comunicação estabelecidos pela Secretaria para publicar documentos oficiais, temas para debate e materiais orientadores, bem como realizar consultas públicas etc.
- Praticar a pedagogia da presença, ou seja, promover ações cotidianas que ajudem a estreitar e fortalecer o vínculo entre Secretaria, Regionais e escolas, numa relação de parceria, colaboração e acompanhamento da implementação.
- Disponibilizar equipe técnica – órgão central e regionais – para realizar curadoria, tirar dúvidas e apoiar a implantação dos IFs.
- Estar atento e disponível para mediar conflitos. Embora os conflitos façam parte das relações humanas, é preciso garantir que sempre exista diálogo, respeito e empatia nas interações, certo? É importante estar pronto, em seu papel de liderança, para mediar conflitos e buscar consensos.

<sup>2</sup> Lembramos que os líderes e articuladores da formulação e implementação dos Itinerários Formativos podem estar em diferentes áreas da Secretaria e não apenas na pedagógica, dada a intersectorialidade inerente ao processo

## Mobilização de competências socioemocionais<sup>3</sup> por todos

Muito tem-se falado sobre o desenvolvimento de competências socioemocionais pelos estudantes (crianças e jovens), e mais recentemente a BNC-Formação explicitou a necessidade de incluir seu desenvolvimento também na formação de docentes. Hoje queremos convidar você, que faz parte da equipe da Secretaria de Educação, a refletir sobre as competências que têm sido requisitadas nesse processo de implementação dos IFs. Vamos elencar as competências socioemocionais que consideramos mais relevantes para a implementação deles: abertura para o novo, organização, colaboração, comunicação e resiliência. Faz sentido para você? Como você tem desenvolvido essas competências? Que tal refletir sobre os momentos da implementação em que elas são relevantes e antever como você pretende fortalecê-las e praticá-las nessas oportunidades?

<sup>3</sup> Quando falamos de competências socioemocionais, consideramos como referência de estudos o Modelo das 5 macrocompetências, elaborado pelo Instituto Ayrton Senna. Nela, são elencadas cinco macrocompetências que se desdobram, ao todo, em 17 competências socioemocionais relevantes para o século 21. Além deste, o material [Caminhos para Educação Integral](#), do Movimento pela Base.

## Criação e fortalecimento de uma comunidade de aprendizagem<sup>4</sup>

Reforçamos que é essencial promover e partilhar reflexões, discutir e buscar soluções conjuntas para os desafios, mapear, celebrar e socializar as conquistas, ou seja, com colegas de Secretarias de Educação, para que possam juntos compreender e formular a política do Novo EM e os IFs em específico. Sabemos que é uma tarefa de grande complexidade e que deve ser feita a muitas mãos.

Por isso, para contribuir com a ampliação e o fortalecimento de uma comunidade de aprendizagem nacional do EM, vamos compartilhar, neste material, práticas de equipes de diferentes territórios e realidades, para que possam servir de inspiração e, quem sabe, promover o diálogo entre você e a equipe citada em busca de trocas e parcerias.

<sup>4</sup> Quando falamos de comunidade de aprendizagem, consideramos seu conceito mais amplo, que abarca técnicos/ servidores das Secretarias envolvidos na implementação dos IFs, para que eles possam promover a colaboração e o intercâmbio de ideias entre os diversos atores envolvidos com os IF nas escolas, com o objetivo de estender e fortalecer cada vez mais a comunidade. Para saber mais sobre a temática, sugerimos a leitura do artigo “Comunidade de aprendizagem”, do Portal Centro de Referências em Educação Integral, e a exploração deste portal.



# GUIA DE Itinerários Formativos

## O QUE É?

Roteiro de apoio aos técnicos das secretarias estaduais e distrital de educação para o planejamento e criação dos Itinerários Formativos, viabilizando um catálogo de IFs aplicáveis às diversidades do território e coerentes às normativas nacionais. O Guia também apoia a elaboração de materiais de apoio aos professores e sua formação, bem como a adaptação de PPPs e o processo de monitoramento da implementação dos IFs nas escolas.



### VOLUME I

Planejamento, estudos e diagnósticos para os Itinerários Formativos

1

**Planejar a implementação dos Itinerários Formativos** de modo a garantir a oferta adequada às diversas realidades específicas do território e coerentes às normativas nacionais e locais, assegurando equidade e qualidade.

2

**Assegurar que as equipes pedagógicas** envolvidas na implementação compreendam em profundidade e se alinhem em relação aos objetivos, ao conceito, a estrutura e funcionamento, bem como às premissas pedagógicas dos Itinerários Formativos.

3

**Conduzir o diagnóstico das capacidades da rede** e as necessidades e demandas do território para que os dados levantados orientem a Secretaria de Educação na definição, ajuste e/ou detalhamento das ofertas de Itinerários Formativos.

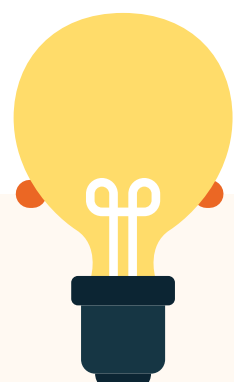


### VOLUME II

Definições de arquitetura dos IFs, elaboração do catálogo de aprofundamentos curriculares e de materiais de apoio ao professor

4

**Definir e detalhar a arquitetura e a oferta dos IFs**, sua distribuição no tempo, condições e regras de mobilidade e avaliação, de modo estruturado e de fácil compreensão para estudantes e comunidade educativa.



5

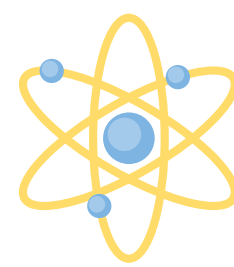
**Produzir um catálogo de ementas que considere as inovações propostas** no referencial em relação aos IFs (desenvolvimento das habilidades dos eixos estruturantes, protagonismo juvenil, projeto de vida e outros princípios) e a realidade do território.

6

**Apoiar as equipes escolares no processo de apropriação** e implementação dos Itinerários Formativos e suas inovações, assegurando aos estudantes oportunidades equânimes de desenvolvimento de habilidades, protagonismo e aprendizagem ativa.

### VOLUME III

Formação, PPPs escolares e monitoramento da implementação dos IFs



8

**Garantir que o currículo chegue oficialmente ao chão da escola** e que a revisão do Projeto Político Pedagógico reflita as inovações do Ensino Médio em cada unidade escolar.

7

**Formar os educadores da rede de ensino** a fim de que eles tenham o preparo necessário para atuarem no processo de implementação do Novo Ensino Médio nas escolas.

9

**Avaliar continuamente o que está dando certo**, o que ainda precisa de aprimoramentos, quais são as demandas administrativas e as pedagógicas e como elas podem ser endereçadas por cada equipe gestora.





# Ponto de partida

Para nos alinharmos com relação às definições e dúvidas frequentes sobre a temática, preparamos uma lista de perguntas e respostas sobre os Itinerários Formativos.



## O que são Itinerários Formativos?

Vamos retomar a [Portaria n. 1.432](#) para responder a esta questão.

“Itinerários Formativos: Conjunto de situações e atividades educativas que os estudantes podem escolher conforme seu interesse, para aprofundar e ampliar aprendizagens em uma ou mais Áreas de Conhecimento e/ou na Formação Técnica e Profissional, com carga horária total mínima de 1.200 horas.”

## Quais são os objetivos dos Itinerários Formativos?

Segundo a [Portaria n. 1.432](#):

- Aprofundar as aprendizagens relacionadas às competências gerais, às Áreas de Conhecimento e/ou à Formação Técnica e Profissional;
- Consolidar a formação integral dos estudantes, desenvolvendo a autonomia necessária para que realizem seus Projetos de Vida;
- Promover a incorporação de valores universais, como ética, liberdade, democracia, justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade; e
- Desenvolver habilidades que permitam aos estudantes ter uma visão de mundo ampla e heterogênea, tomar decisões e agir nas mais diversas situações, seja na escola, seja no trabalho, seja na vida.”

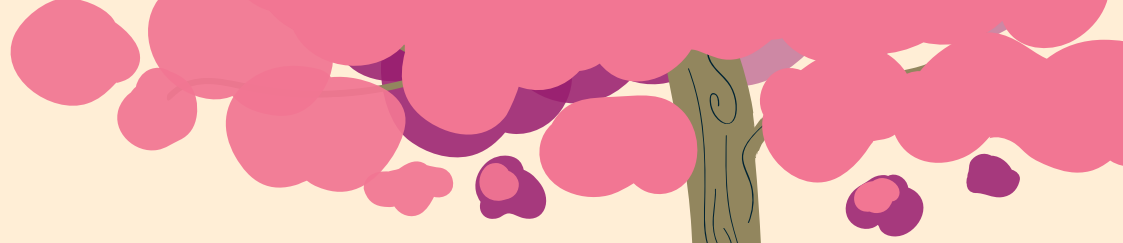
## Qual é a diferença entre Aprofundamento Curricular e IF?

De acordo com um alinhamento consolidado na Coletânea de Materiais (pág. 52), produzido pela Frente Currículo e Novo Ensino Médio do Consed, o Aprofundamento Curricular é uma das partes que compõem o IF, junto de Projeto de Vida e das Eletivas. Portanto, os IFs são a parte diversificada do currículo e compostos pelo conjunto dos Aprofundamentos, Projeto de Vida e Eletivas. Os Aprofundamentos Curriculares podem ser de área do conhecimento, de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ou integrados (entre áreas ou áreas e EPT).

## O que são Unidades Curriculares (UCs)?

São elementos com carga horária predefinida, formados pelo conjunto de estratégias, cujo objetivo é desenvolver competências específicas. As UCs podem ser organizadas em áreas do conhecimento, disciplinas, módulos, projetos, entre outras formas.

# Ponto de partida

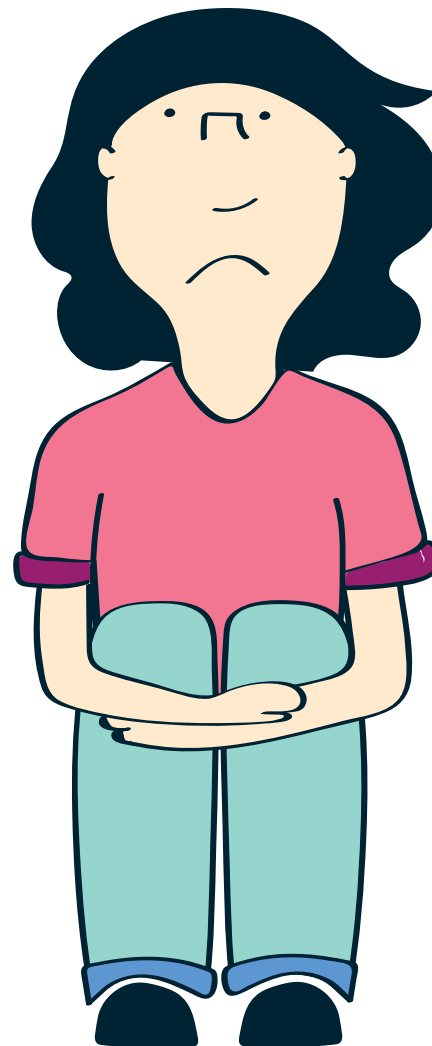


## Como podem ser distribuídas as cargas horárias da Formação Geral Básica (FGB) e dos Itinerários Formativos ao longo da etapa do Ensino Médio?

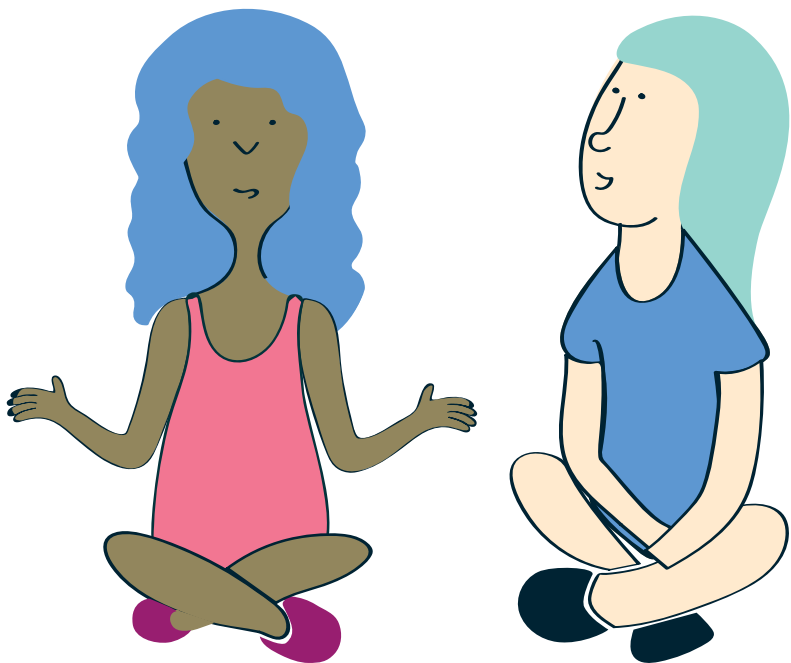
As novas [Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio](#) indicam apenas a carga horária geral da FGB (máximo de 1.800 horas) e dos IF (mínimo de 1.200 horas). Por isso, fica a critério das redes a escolha de como distribuir os tempos entre todos os componentes ao longo das três séries do EM. É importante comunicar aos estudantes e familiares que a Formação Técnica do EM, também chamada de Quinto Itinerário ou Itinerário de EPT, pode ter diferentes cargas horárias. Saiba mais no conteúdo [Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio](#), do Ministério da Educação.

## Quantos são os eixos estruturantes e qual é a função deles?

Eles são quatro: Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural, Processos Criativos e Empreendedorismo. O principal papel dos eixos é buscar garantir que os jovens, independentemente do IF que cursarem, tenham experiências educativas conectadas à realidade e que promovam sua formação pessoal, profissional e cidadã. Saiba mais lendo os [Referenciais Curriculares para a elaboração de Itinerários Formativos, produzido pelo MEC](#).



# As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio

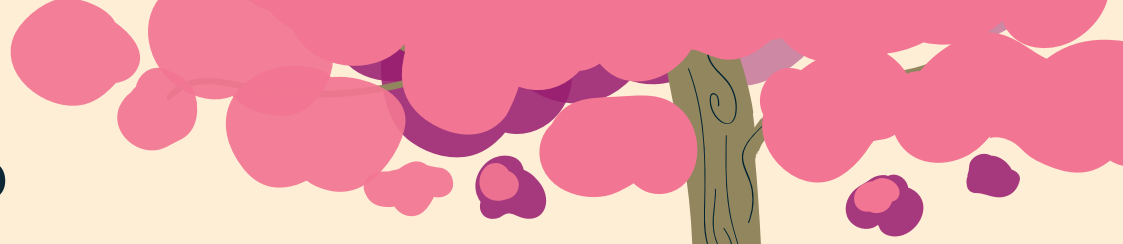


Sabe-se que o **Ensino Médio regular (diurno e noturno)**, como definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, compõe a maior parte das unidades escolares nas redes estaduais e distrital. Por esse motivo, é comum que se inicie com o foco nesta oferta ao se planejar a nova arquitetura do Ensino Médio (especialmente o diurno). Em geral, adaptar as decisões para outras situações fica para uma etapa posterior. No entanto, desde o princípio, **é preciso dar atenção especial às modalidades de ensino e ofertas específicas da etapa do Ensino Médio<sup>5</sup>**, possibilitando aos estudantes matriculados nessas escolas a garantia plena do seu direito à aprendizagem, atendido com qualidade e com o mesmo grau de importância dado aos demais estudantes das redes.

Quando se trata de modalidades e ofertas específicas nos referimos à **educação indígena, educação quilombola, educação do campo, das águas e das florestas, educação de jovens e adultos, educação para estudantes em privação de liberdade e em medidas socioeducativas, o Ensino Médio noturno, o Ensino Médio em tempo integral**. Além disso, consideramos a **educação especial e a educação a distância (EaD)** como eixos transversais garantidores de equidade, devendo ser pensados de maneira integrada em todas as modalidades, ofertas específicas e também no Ensino Médio regular. Para a compreensão geral das modalidades e ofertas específicas, foram elaboradas algumas definições que resgam os principais aspectos de cada uma delas.

<sup>5</sup> As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, de 21 de novembro de 2018, estipulam que a implementação da nova arquitetura e dos currículos do Ensino Médio deve observar as diretrizes e normas nacionais da educação especial, educação do campo, educação escolar indígena, educação escolar quilombola, educação de pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, educação escolar para populações em situação de itinerância e da educação a distância. Além disso, o art. 13 da resolução deixa claro que podem ser considerados outros saberes relevantes às realidades da educação escolar indígena, da educação escolar quilombola e de comunidades tradicionais.

# As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



**qui** A **educação quilombola** se dispõe ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas, sendo dever do Estado sua oferta e organização em associação com comunidades quilombolas e movimentos sociais. As escolas quilombolas são tanto as que se localizam nas comunidades quilombolas quanto as que atendem estudantes oriundos delas. Essa educação, portanto, ocorre na oferta aos estudantes quilombolas, cujos valores, saberes e histórias são compartilhados pela memória coletiva e pela oralidade.

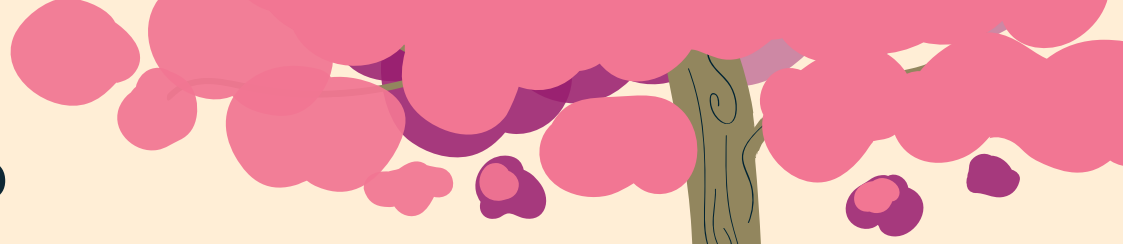
**cam** A **educação do campo** pode ser definida de acordo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2001), isto é, “tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.”

**ind** A **educação indígena** é voltada aos povos indígenas em seus territórios, reafirmando e valorizando suas identidades. As escolas dessa oferta atualmente se organizam de acordo com os normativos nacionais, os critérios das Secretarias de Educação e as normas estabelecidas e dialogadas com as comunidades.

**eja** A **educação de jovens e adultos (EJA)**, conforme a LDB/1996, é uma modalidade destinada aos estudantes que não concluíram, não acessaram ou abandonaram os estudos na idade apropriada. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Ensino Médio, a EJA “deve ser especificada uma organização curricular e metodológica diferenciada para os jovens e adultos, considerando as particularidades geracionais, preferencialmente integrada com a formação técnica e profissional, podendo ampliar seus tempos de organização escolar, com menor carga horária diária e anual, garantida a carga horária mínima da parte comum de 1.200 (um mil e duzentas) horas e observadas as diretrizes específicas”. Além disso, dado o perfil e as necessidades do educando, é possível oferecer até 80% da carga horária por meio da educação a distância, desde que haja adequado apoio tecnológico e pedagógico.

**jpl** A **educação escolar para os adolescentes e jovens privados de liberdade** não se caracteriza como uma escola específica do sistema escolar. Cabe considerar que a privação de liberdade não significa que os jovens e adolescentes estejam privados de seus direitos. No caso da educação, este direito é garantido por meio de diferentes arranjos, como salas de aula/classes organizadas dentro dos centros de atendimento socioeducativo, porém, vinculadas a uma escola da rede pública de ensino. Cada UF tem autonomia para definir sua estrutura e seu funcionamento por meio do acesso ao ensino regular ou à EJA.

# As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



**emti**

O **Ensino Médio em tempo integral (EMTI)** não se resume apenas à ampliação da jornada escolar dos estudantes, mas defende a compreensão de que as juventudes devem ser desenvolvidas em todas as suas dimensões: intelectual, emocional, física, cultural e social. Vale lembrar que esse princípio de educação integral está garantido pelas DCNs do Ensino Médio e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da etapa, para todos os seus estudantes. Além disso, as DCNs também preconizam a expansão da carga horária para 1.000 horas anuais (3.000 horas para a etapa), bem como a expansão progressiva para 1.400 horas anuais, o que já configura Ensino Médio em tempo integral.

**not**

Na realidade atual, o **ensino noturno**, desenvolve-se, muitas vezes, da mesma maneira que o diurno. Não há uma adequação ao seu alunado específico (homens, mulheres, jovens e adultos que estudam após uma rotina árdua de trabalho e, ao mesmo tempo, trazem consigo enormes lacunas de vivência e aprendizagem escolar, em razão de diferentes motivos de afastamento e/ou evasão). Sabe-se que as DCNs demandam adequações curriculares e de arquitetura da etapa nesta oferta específica, prevendo, por exemplo, um número maior de anos para sua conclusão e até mesmo uma carga horária estendida de EaD (até 30%), dando maior flexibilidade ao cotidiano de estudos desses educandos.

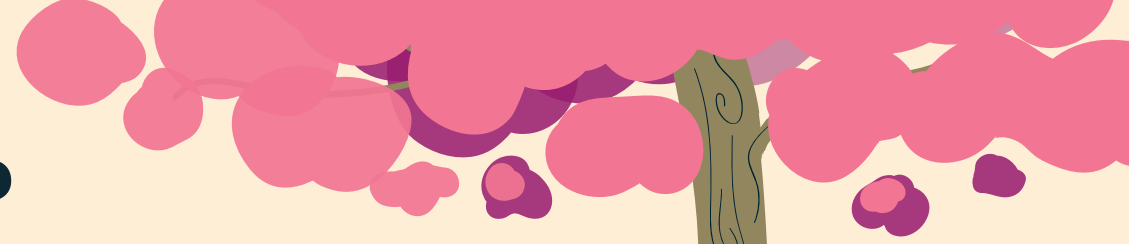
**ept**

A **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)** é uma modalidade prevista na LDB/1996 com a principal finalidade de preparar “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade. No Ensino Médio, pode ser trabalhada de forma articulada de oferta (integrada, concomitante ou intercomplementar – concomitante na forma e integrada no conteúdo) e na forma subsequente. Na arquitetura do Novo EM, a EPT ocupa espaço como Itinerário Formativo ou parte de itinerários formativos integrados com áreas do conhecimento.

**peq**

A nova arquitetura curricular do Ensino Médio nas **escolas pequenas** pode trazer alguns desafios em sua implementação. Um exemplo é a eventual falta de professores para oferta de diferentes Aprofundamentos Curriculares e eletivas ou mesmo infraestrutura física inadequada para a composição de diferentes turmas nos Itinerários Formativos. Sendo assim, é fundamental ter em vista essa lente em sua rede ao longo do processo de planejamento e implementação dos IFs, garantindo possibilidades de escolha aos estudantes, bem como condições propícias à viabilização das inovações do Ensino Médio.

# As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



## Os Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio em função das modalidades e ofertas específicas

No planejamento da implementação dos IFs nas modalidades e ofertas específicas, é preciso compreender suas especificidades e suas convergências. A educação indígena, a quilombola e a do campo, das águas e das florestas ofertam o EM para populações distintas, porém, com semelhanças que podem fortalecer e favorecer a execução dos IFs.

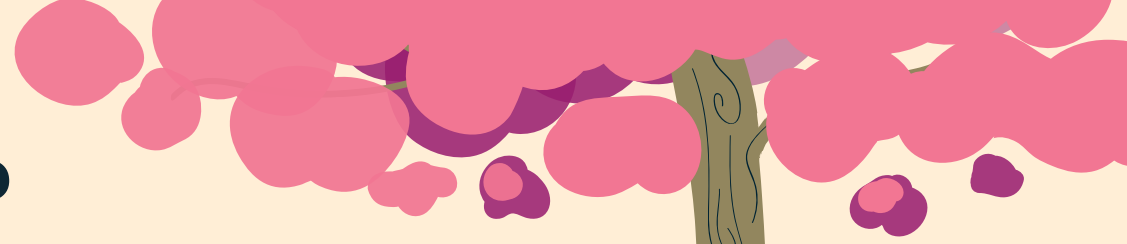
Observar, conhecer e selar um compromisso com a diversidade de territórios, sujeitos, suas realidades e potencialidades são pressupostos da **educação do campo, das águas e das florestas**. Essa oferta é marcada pelos desafios e pela diversidade da realidade brasileira e suas regiões, que possuem distintas formas de viver, de se organizar e de implementar as políticas com diferentes infraestruturas, entre outras dimensões que interferem diretamente nos processos educativos. É necessário refletir sobre quais destas diversidades existem em seu Estado ou sua região e como suas especificidades serão tratadas nos IFs propostos.

Sabe-se que, nos últimos 20 anos, com as lutas, mobilizações, proposições dos Movimentos e Organizações Sociais do Campo, foram muitos os desafios enfrentados e também as conquistas para essa oferta escolar. Nesse sentido, precisaremos de um olhar

sensível e dialógico para contemplar as diversidades do campo, das águas e das florestas em todos os seus aspectos: culturais, sociais, políticos, econômicos, de gênero, de etnia e geracionais se pretendemos desenvolver uma educação democrática com formação humana integral para a vida desses sujeitos.

Por todo o Brasil, muitas das escolas que oferecem o Ensino Médio para essa oferta seguem a **metodologia da alternância**, na qual os tempos educativos são divididos entre “tempo escola” e “tempo comunidade”. São experiências que merecem ser conhecidas e valorizadas. Além da vivência escolar, trabalha-se com pesquisas feitas na comunidade, que são sistematizadas no tempo escolar em diálogo com as áreas do conhecimento e seus componentes curriculares. Na volta para as comunidades, técnicas e saberes aprendidos são colocados em prática, além de haver um tempo para se dedicar aos Projetos de Vida. A metodologia da alternância pode ser uma excelente alternativa para a constituição de IFs da EPT, promovendo educação no campo, do campo e para o campo, valorizando a diversidade, os saberes e as práticas da região, ao mesmo tempo que oferta condições para uma formação para o mundo do trabalho. É possível também a proposição de Itinerários Formativos com Aprofundamentos Curriculares que integrem unidades curriculares de EPT e de áreas do conhecimento, contribuindo para a diversificação das experiências de aprendizagem dos estudantes.

# As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio



A cronologia das **escolas indígenas** no que se refere ao tempo segue o calendário não indígena e as normas e diretrizes da base nacional e estadual, entretanto, o conceito de tempo é singular para as sociedades indígenas: ele é sempre marcado pela relação com os elementos culturais e segue a cronologia da natureza indígena.

Os espaços são basicamente construídos pela relação social e cultural de cada povo e comunidade (existe um respeito e uma reciprocidade entre ambos). Por exemplo, o povo indígena Puyanawa (Mâncio Lima/AC) organiza o tempo com base nas tradições antigas e une-o com o conhecimento que vem de fora. Dessa forma, a comunidade, em especial professores e alunos, protagonizam a construção coletiva de saberes. Assim como muitos outros grupos indígenas, os Puyanawa estão totalmente inseridos no ambiente não indígena, têm muitas relações com a comunidade externa e dependem muito dela, e isso traz impactos negativos e positivos no cotidiano escolar.

As gêneses de muitas sociedades indígenas funcionam como teias, com algumas caixinhas de conhecimentos que podem ser pesquisadas e outras não. Existem 305 povos indígenas reconhecidos pelo estado brasileiro, que falam em torno de 274 línguas. São povos que ainda lutam pelo reconhecimento de suas terras e sua identidade e precisam reafirmar suas peculiaridades, porém o conhecimento sobre essas nações carece de mais

abrangência. Não podemos cair no erro de construir a história, os itinerários e as relações apenas com o conhecimento externo. Por isso, é imprescindível que os técnicos conheçam cada vez mais a realidade, a história desses povos, seus determinantes culturais e como eles interpretam o outro.

Há de se considerar que territórios etno-linguísticos indígenas não necessariamente convergem com as divisões dos estados brasileiros, portanto, buscar colaboração com outras redes pode ser um caminho para duas ou mais UFs que contam com populações indígenas de um mesmo território.

Já quando se trata da **educação quilombola** é necessário reconhecer que quilombos são comunidades negras originárias da resistência à escravidão, a partir do século 16. As terras de quilombos foram doadas, entregues ou adquiridas como concessões feitas pelo Estado em retribuição aos serviços prestados, iniciativas que permitiram aos ex-escravizados e seus descendentes um lugar para viver e produzir. Os quilombos contemporâneos guardam uma continuidade histórica com a forma social de os africanos e seus descendentes resistirem ao escravismo.

# As modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola determinam que a educação escolar quilombola<sup>6</sup> na Educação Básica “deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas”.

O que as **escolas quilombolas** têm em comum é que os estudantes protagonizam trajetórias escolares fragmentadas, com históricos de distorção idade/série, evasões e reprovações. Segundo dados do Inep (Censo escolar 2018), das 2.460 escolas em localidades quilombolas no Brasil, apenas 97 (4%) oferecem o Ensino Médio. A educação de jovens e adultos é ofertada em apenas 578 das escolas em territórios quilombolas brasileiros. Essa situação é grave, pois, nesses territórios, habitam populações negras que foram historicamente interdidas do acesso à escolarização.

<sup>6</sup> Educação escolar quilombola é uma oferta da Educação Básica cujos fundamentos estão estabelecidos pela Resolução n. 8/2012 do CNE.

A precariedade no atendimento aos estudantes quilombolas fica exposta ainda em dados como: a maioria dos estabelecimentos é de pequeno porte, com até duas salas de aula (57,3%); apenas 15,3% deles têm mais de seis salas, enquanto no total da Educação Básica 51,5% têm esse mesmo porte (e 22% contam com mais de dez salas).

Assim como ocorre para o Ensino Médio regular, nas modalidades e ofertas específicas descritas aqui **é essencial que os IFs estejam atrelados à escuta dos estudantes e das comunidades, considerando o território em que se inserem, seus contextos locais e as problemáticas concernentes às localidades**. Isso deve se expressar na construção de IFs que **façam sentido aos estudantes do campo, indígenas e quilombolas, de acordo com seus Projetos de Vida**.

## Transversalidade: Educação a distância e educação especial

De acordo com a Resolução 1/2016, a **educação a distância** é uma forma de desenvolvimento do

processo de ensino-aprendizagem por meio de tecnologias, permitindo a atuação e troca entre docentes e estudantes localizados em diferentes ambientes físicos. Esse modelo de oferta pode ser instituído em todas as modalidades e ofertas específicas de ensino, desde que atendidas características e infraestrutura mínima nas unidades de ensino. De acordo com as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio, publicadas na Resolução 4 CNE-CP de 2018, o Ensino Médio diurno pode ofertar até 20% de sua carga horária total via EaD, enquanto o noturno pode chegar até 30% e a EJA até 80%.

A Resolução 2/2021 determinou que os sistemas de ensino se organizem para incluir e atender os estudantes em suas necessidades educacionais especiais. A **educação especial**, portanto, considera uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica inclusiva para garantir um atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiências. Assim como a EaD, a educação especial deve ser trabalhada de maneira transversal entre todas as modalidades e ofertas específicas de ensino, garantindo o atendimento aos estudantes que estejam em toda e qualquer escola.



# Metodologia de elaboração deste guia

O Guia de Itinerários Formativos foi elaborado por meio da revisão de normativos e referências teóricas que se relacionam ao Ensino Médio, mas, acima de tudo, com base no mapeamento de experiências reais de formulação e implementação dos Itinerários Formativos pelas Secretarias Estaduais de educação. Para a elaboração das seções e orientações sobre equidade, foram realizadas cinco oficinas de cocriação com os especialistas em modalidades e ofertas específicas.

O Guia faz referência a diversos materiais orientadores sobre o Novo Ensino Médio já publicados, procurando integrar as diversas produções e inseri-las em um contexto sequenciado de planejamento, formulação e implementação dos Itinerários Formativos.

## Estrutura

Para orientar a forma de organizar e tecer os IFs, indicamos seu caminho de estudos segundo uma sequência de fases que julgamos fundamentais no processo de implementação. É possível e recomendável que as ações descritas neste material sejam personalizadas de acordo com a realidade da sua rede. Elas podem, por exemplo, ser feitas de forma linear e específica para a arquitetura dos Itinerários ou em paralelo com outras ações. No entanto, é imprescindível que estejam estritamente articuladas com o planejamento da oferta da Formação Geral Básica. O mais importante é planejar cuidadosamente o que será feito em seu território e seguir uma linha lógica de decisões e escolhas que melhor atenda aos objetivos e às necessidades da sua rede na construção dos IFs.

Este Guia sistematiza as diferentes fases de planejamento, concepção e implementação dos Itinerários Formativos do Ensino Médio em uma estrutura que contempla considerações, sugestões e exemplos tanto para o Ensino Médio Regular quanto para as modalidades de ensino e ofertas específicas.

Nossa visão é de que a implementação aconteça no Ensino Médio de todas as escolas, de modo integrado e inclusivo.

Para garantir fluidez na leitura e praticidade no uso do material, adotamos uma estrutura única de apresentação. Em cada etapa do Guia, você encontrará:

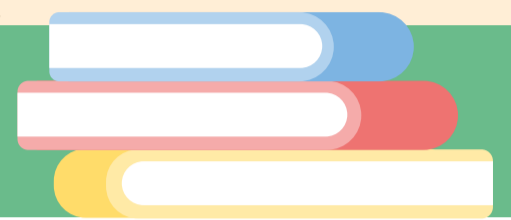
- 1. O DESAFIO:** define em poucas palavras o foco da etapa em discussão, isto é, qual é o problema a enfrentar.
- 2. RESULTADOS ESPERADOS:** apresenta os entregáveis ou as realizações que serão atingidos pelas equipes técnicas ao final de cada etapa.
- 3. OS CAMINHOS POSSÍVEIS:** são propostas soluções e sugestões para endereçar o problema abordado. Servem à concepção, ao planejamento e à implementação dos Itinerários Formativos no Ensino Médio regular e nas modalidades e ofertas específicas da etapa.
- 4. NA PRÁTICA:** relata os caminhos trilhados na prática por diferentes Secretarias de Educação, ilustrando soluções para os desafios encontrados ao longo do planejamento, da concepção e da implementação dos Itinerários Formativos. Também fornece links para sites e publicações com experiências de Secretarias estaduais e sugere leituras de referência, ferramentas e recursos que podem ser utilizados para auxiliar nos processos que envolvem os IFs.
- 5. DE OLHO NA EQUIDADE:** traz considerações específicas e sugestões práticas para abordar as situações particulares das escolas, considerando a centralidade das modalidades e as ofertas do Ensino Médio, para a organização dos Itinerários Formativos.



# GUIA DE Itinerários Formativos



## VOLUME I



# 1

### Planejamento da Implementação

**PLANEJAMENTO CONSISTENTE** e bem estruturado;

**CRIAÇÃO OU APRIMORAMENTO** do Comitê de Governança para o Novo Ensino Médio;

**ELABORAÇÃO OU APRIMORAMENTO** do Plano de Implementação para o Ensino Médio;

**CONTEMPLAR AS MODALIDADES** e ofertas específicas do Ensino Médio nas instâncias de governança e planejamento do Ensino Médio;

# 2

### Estudos e apropriação do Referencial Curricular do território

**CRIAR E GARANTIR** tempos e espaços para ações intencionais e estruturadas de formação e alinhamento das equipes técnicas;

**EQUIPES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS** das secretarias alinhadas sobre os principais conhecimentos relacionados ao Novo Ensino Médio, às modalidades e aos Itinerários Formativos;

**EQUIPES PEDAGÓGICAS PREPARADAS** para avançar na concepção e elaboração da arquitetura, catálogo de aprofundamentos curriculares e os demais processos

# 3

### Ciclo de Diagnósticos

**PLANEJAR E EXECUTAR** os levantamentos que subsidiam o diagnóstico;

**SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS** exitosas da rede de flexibilização curricular no Ensino Médio;

**REVISÃO DO PLI** e do plano tático-operacional de acordo com resultados dos diagnósticos.

**RESULTADOS CONSOLIDADOS** de diagnóstico de demanda da rede das condições de oferta dos itinerários formativos (foco nos aprofundamentos curriculares), já incluindo as diferentes modalidades e ofertas específicas do EM;





## ETAPA 1

# Planejamento da implementação



### O DESAFIO

Planejar a implementação dos Itinerários Formativos (IFs) de modo a garantir a oferta adequada às diversas realidades específicas do território e das unidades escolares (UEs) e coerentes às normativas nacionais e locais, assegurando equidade e qualidade.



### RESULTADOS ESPERADOS

- Criação ou aprimoramento do Comitê de Governança para o Novo Ensino Médio;
- Elaboração ou aprimoramento do Plano de Implementação para o Novo Ensino Médio;
- Elaboração ou aprimoramento de plano tático-operacional para a implementação do Ensino Médio, com foco nas mudanças pedagógicas e operacionais para a oferta de Itinerários Formativos;
- Contemplação das modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio nas instâncias de governança e planejamento;
- Planejamento inicial de estratégias de comunicação e mobilização da rede para o Novo Ensino Médio.

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead



## OS CAMINHOS POSSÍVEIS

A construção e implementação dos IFs dependem de um **planejamento consistente, bem estruturado e acordado colaborativamente**. É relevante que a etapa de planejamento ocorra de forma participativa com todos os atores envolvidos. Esta colaboração é um diferencial para garantir que as propostas e atividades sejam definidas em prol das características territoriais, das normativas nacionais e regionais, do perfil das juventudes, entre outros aspectos. Alguns passos fundamentais para garantir bons resultados incluem definir uma visão do que é o esperado para a implementação, listar as ações para chegar lá, organizá-las em ordem de prioridade, elencar seus responsáveis, acordar os prazos e acompanhar a execução das ações. O Novo Ensino Médio demanda mudanças em diversas frentes de uma Secretaria. Contemplar essa complexidade pressupõe:

Criar um **comitê de governança** com profissionais das **diferentes áreas** envolvidas na construção e/ou no detalhamento e na implementação dos IFs e, de preferência, com representantes do Conselho Estadual ou Distrital de Educação. Recomenda-se que o comitê, definido por portaria ou resolução da SEE, promova **reuniões periódicas** e frequentes para garantir o engajamento do grupo. Elas são fundamentais para organizar ações de escuta e de estudos, definições, entre outros. Destaca-se a importância de que o comitê se reúna periodicamente com o(a) secretário(a) de educação para apresentar o plano de trabalho, analisar obstáculos e tomar decisões estratégicas. É fundamental que a alta gestão da Secretaria acompanhe e dê subsídio para o pleno desenvolvimento do comitê de governança. Por fim, **indica-se que o grupo possa contar com a liderança de um profissional com experiência em gestão de projetos de alta complexidade**.

Algumas das equipes que devem estar envolvidas são:

- Ensino Médio (currículo, normas e recursos educacionais)
- Planejamento de rede e matrículas
- Administração, orçamento e finanças
- Dados, informações e evidências
- Infraestrutura (mobiliário, rede elétrica para laboratórios, salas e ambiente, obras)
- Tecnologia da informação (equipe de sistemas, desenvolvimento, serviços de aquisição e instalação de computadores e Wi-Fi para os laboratórios)
- Suporte, serviços escolares (alimentação, transporte, limpeza etc.)
- Gestão de pessoas e recursos humanos
- Formação de profissionais da educação
- Gestão escolar e supervisão de ensino
- Regulação de rede
- Avaliação educacional
- Educação Profissional e Tecnológica
- Equipe responsável pelo EMTI
- Modalidades e ofertas específicas educacionais e atendimento educacional especializado
- Representante pedagógico do atendimento educacional a estudantes com privação de liberdade ou medidas socioeducativas
- Representante do Conselho Estadual ou Distrital de Educação

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Na prática

1. Para obter mais informações e ideias para esse tipo de comitê, veja o passo a passo publicado no material [Como implementar o Novo Ensino Médio no meu estado?](#), pela Frente de Currículo e Novo Ensino Médio do Consed.
2. Veja a [Resolução Seduc-67, de 30-9-2020](#), publicada pela SEDUC-SP para criar seu Comitê de Governança para a implementação do Novo Ensino Médio.

## 2.

**Retomar no Plano de Implementação (PLI)** as atividades relacionadas à criação e/ou ao detalhamento e à implementação dos IFs e elaborar um **plano tático-operacional**, que estabeleça de forma concreta:

- a. resultados finais a que se quer chegar ao longo do processo de implementação;
- b. datas, prazos e responsáveis;
- c. indicadores de processo e de resultado, que permitirão monitorar e avaliar periodicamente a implementação dos IFs, favorecendo correções de rota;
- d. estratégias e periodicidade para o monitoramento, a avaliação e o replanejamento das ações.

## Na prática

Se a sua Secretaria ainda estiver elaborando o PLI ou em processo de revisão do documento, recomendamos a leitura do material [Como implementar o Novo Ensino Médio no meu estado?](#), desenvolvido pela Frente de Currículo e Novo Ensino Médio do Consed.

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Pontos de atenção para o planejamento:

- **A atribuição de aulas dos professores tem que ser pensada desde o início por duas razões:** indica um planejamento cuidadoso da Secretaria do ponto de vista da vida escolar e funcional dos professores, assim como de preparar a Secretaria para possíveis contratações de novos educadores em função da oferta de IFs, Eletivas e Projetos de Vida. Outro fator: pode exigir olhar a atribuição de modo que os professores possam ampliar sua jornada em uma mesma escola. Recomenda-se não deixar essa reflexão fora das discussões iniciais.
- Além disso, **a montagem da matriz curricular dos Itinerários Formativos, indicando os componentes curriculares ano a ano**, suas respectivas cargas horárias e professores, também precisa ser estudada desde o início do processo de planejamento.
- **Refletir sobre o uso da EaD** e se/como ela estará contemplada na matriz curricular nas diferentes ofertas da etapa.
- **Verificar necessidades de adaptação da carga horária** de acordo com os calendários das diferentes modalidades e ofertas específicas de ensino.
- **Envolver o Conselho Estadual ou Distrital de Educação** desde o início das discussões deve facilitar vários alinhamentos normativos para a atribuição de aulas nas diferentes modalidades de ensino e ofertas específicas.

## Na prática

- a. **A Ferramenta para avaliação dos planos de implementação do Novo Ensino Médio**, desenvolvida pelo Instituto Unibanco, pode apoiar na revisão do Plano de Implementação da sua rede, contribuindo para o seu aprimoramento.
- b. Vale checar a matéria **“Como Mato Grosso do Sul organizou o Plano de Implementação do Novo Ensino Médio”**, do Movimento pela Base. Essa leitura pode ajudar a revisar e aprimorar o documento ou a criar o da sua Secretaria, caso ele ainda não exista.
- c. Vale a pena conhecer e aplicar em seu planejamento a lógica utilizada por Gabriela Lotta, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e graduada em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Veja o conteúdo no vídeo **“Desafios da implementação de políticas públicas em contextos de crise”**, do canal Núcleo Ciência pela Infância, que explica **sobre como analisar a implementação de políticas públicas**.

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

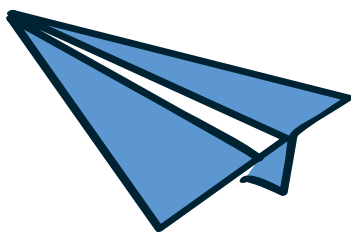
ept

esp

ead

## Envolvimento dos conselhos estaduais e distrital de educação no planejamento

Para verificar o tipo de orientação que os conselhos estaduais e distrital de educação podem oferecer ao processo de implementação do Ensino Médio, recomendamos checar um Parecer expedido pelo CEE-SP sobre a qualificação necessária aos docentes para ministrar aulas dos componentes curriculares da Educação Básica. Esse e outros tipos de alinhamento ativo com os conselhos podem facilitar o avanço da implementação nos sistemas de ensino.



**3.** Estabelecer canais de comunicação do comitê com regionais de ensino, gestores escolares, corpo docente e seus representantes, para que todos possam compartilhar conquistas e desafios, colaborando com o planejamento e a organização da implementação dos IFs. Essa estratégia garante que todos se sintam parte do processo e corresponsáveis pelo sucesso das ações. Além disso, a troca com a rede ajuda o comitê a antecipar desafios e a agilizar as tomadas de decisão.

Como pensar formas de organização e implantação de um **planejamento** em que seja possível realizar uma **escuta sensível de todos os sujeitos educativos envolvidos**, para além da equipe técnica das Secretarias, entre eles, educadores, estudantes e de toda a comunidade escolar?

Muitas Secretarias podem ainda não ter estabelecido um diálogo estruturado com as comunidades e escolas em torno da questão da nova arquitetura do Ensino Médio. Mas isso não pode ser deixado para uma etapa posterior às tomadas de decisões que definirão a nova forma de oferta. Estrategicamente, os técnicos devem construir uma comunicação mais transversal, com **linguagem de fácil compreensão** e um diálogo com maior **inclusão**. Recomendamos que se tenha, **no Comitê, uma ou duas pessoas para articular a comunicação da Secretaria com diferentes atores**, com planejamento e foco, alinhadas com o planejamento das ações.

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Na prática

No material [Ferramentas para apoiar a implementação da BNCC e do Novo Ensino Médio na sua rede](#), produzido pela Frente Comunicação e Engajamento, do Movimento pela Base, oito soluções de comunicação e engajamento, que podem trazer ideias para sua equipe.

Veja também a matéria [“\[Análise\] Construção do Novo Ensino Médio em Pernambuco: princípios para elaboração dos itinerários formativos”](#), do Movimento pela Base.

## 4.

**Registrar e divulgar um cronograma integrado**, que considere a agenda de implementação e suas etapas, o calendário letivo, as datas de reuniões pedagógicas, os encontros previstos para formação da rede (incluindo professores, gestores, demais funcionários das escolas). É recomendado marcar as datas importantes de processos e registrar as entregas no plano de ação. Essa agenda será útil para a elaboração do plano de formação continuada. É essencial que, previamente à divulgação do cronograma, seja feito alinhamento entre as áreas da Secretaria e também com equipes das regionais de ensino e escolares, de modo a evitar prazos curtos ou sobreposição com as demais ações da Secretaria.

É fundamental que o cronograma contemple:

- definição das etapas de **planejamento da implementação dos Itinerários Formativos das escolas regulares e um planejamento específico para as modalidades e ofertas específicas (caso trate-se de um tempo diferente de implementação)**;
- estruturação dos **planos de formação** (estudos e apropriação do referencial curricular do território e das especificidades);
- realização de **ciclos de diagnósticos** a serem feitos nas escolas regulares e nas diferentes modalidades e ofertas específicas;
- estabelecimento de prazos e critérios para **definição dos Itinerários Formativos** e a **construção do seu catálogo**, conforme as especificidades e os diagnósticos identificados. **Com atenção aos prazos coerentes e adequados** à dinâmica e rotina escolar da própria modalidade ou oferta específica, com espaços para **avaliação do processo de trabalho e sua (re) estruturação**.



# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## De olho na equidade

O planejamento da implementação dos Itinerários Formativos do Ensino Médio deve levar em conta, desde o início, cuidados e estratégias para a garantia da equidade do processo. Já apontamos algumas saídas ao longo deste Guia. A seguir, elencamos mais algumas que devem estar no radar das equipes técnicas das Secretarias, garantindo que as modalidades e as ofertas específicas do Ensino Médio oportunizem experiências de aprendizagem significativas aos estudantes.



a. **Assegurar condições de infraestrutura** nas escolas para a implementação dos Itinerários Formativos. Para que isso seja possível, vale refletir sobre a viabilidade de instrumentos de descentralização de recursos financeiros para a adaptação de infraestrutura e compra de materiais para a implementação dos IFs, principalmente em escolas mais distanciadas de centros urbanos.

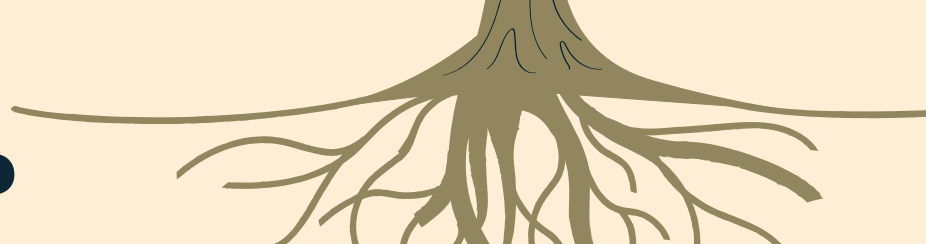
Veja o exemplo do [Programa Dinheiro Direto na Escola \(PDDE Paulista\)](#). Ele foi criado em 2019 e realiza a transferência de recursos financeiros às escolas públicas estaduais. O dinheiro enviado pela Secretaria da Educação às unidades escolares é gerenciado pela Associação de Pais e Mestres (APM) e deve ser utilizado em benefício da escola. Com os recursos, é possível realizar melhorias de infraestrutura, bem como comprar materiais e equipamentos.

b. **Reconhecer e respeitar as diversidades** em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracionais, de raça e etnia para a construção e implementação dos IFs.

c. **Assegurar formação profissional continuada aos professores** em parceria com articulações, fóruns e comitês de educação, movimentos sociais, organizações populares e instituições de educação superior públicas e privadas que considerem as singularidades dos estudantes e seus projetos político-pedagógicos das escolas.

d. **Não tratar com superficialidade as populações tradicionais**, evitando erros e preconceitos do passado, por exemplo, postergando a implementação que as incluam.

# Planejamento da implementação



DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

- e. **Evitar considerar a visão ocidental e urbanocêntrica** na elaboração das propostas pedagógicas dos IFs, pois ele desmistifica e muitas vezes menospreza o conhecimento e a realidade locais.
- f. **Verificar a necessidade de adaptação da proposta pedagógica do componente Projeto de Vida**, geralmente elaborado tendo como ponto de partida o jovem do Ensino Médio regular, que vive nos centros urbanos.
- g. **Considerar a vulnerabilidade das unidades de ensino**, em especial aquelas localizadas em regiões com altos índices de violência, desemprego e outros problemas sociais.
- h. Criar uma agenda que inclua o diálogo permanente com gestores, profissionais e estudantes que atuam nas escolas e visitas *in loco* para a realização do diagnóstico de necessidades e possibilidades de oferta de IFs, além de identificar quais são os apoios demandados pelas escolas com maiores desafios.

No portal do projeto [Faz Sentido](#), veja orientações sobre como realizar escuta e rodas de conversa.

Além desses cuidados gerais, apontamos a seguir algumas estratégias ou pontos de atenção específicos a algumas modalidades e ofertas do Ensino Médio:

## Escolas do campo, das águas e das florestas

- Planejar para garantir flexibilidade na organização curricular e escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e extrativista, das condições climáticas e das marés.

## Escolas em comunidades indígenas

- Não generalizar os povos indígenas, mas, sim, criar instrumentos de diagnóstico e implementação que reflitam a diversidade dessa categoria educacional.

## Escolas em comunidades quilombolas

- Realizar consultas com fóruns de educação escolar quilombola ou ativistas do movimento social quilombola do território para estruturar processos de implementação dos Itinerários Formativos.

## Educação de jovens e adultos (EJA)

- Planejar o diagnóstico dessa oferta para conhecer as razões para o retorno escolar e, conseqüentemente, contribuir na construção dos projetos de vida dos estudantes.
- Organizar o cotidiano escolar oferecido ao aluno da EJA para que se adeque aos sujeitos, que precisam ser ouvidos, com o objetivo de oferecer IFs que os contemplem.

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Educação para estudantes em privação de liberdade e medida socioeducativa

- Buscar a interlocução entre a Secretaria de Educação e a Secretaria responsável pela gestão dos centros de medida socioeducativa.
- Envolver os educadores de ambas as Secretarias para que se aproximem do processo prático, estreitando a relação entre suas intencionalidades e finalidades educativas e a prática cotidiana instaurada nos IFs.
- Visitar os locais de implementação e estabelecer interlocução com os profissionais dos locais onde os adolescentes e jovens cumprem medida socioeducativa.
- Conhecer as normativas que tratam de medidas socioeducativas e, em especial, aquelas relativas à escolarização (decretos, portarias, resoluções).
- Atentar para a necessidade de adaptação dos tempos e recursos demandados pelos Aprofundamentos Curriculares dos IF em relação aos tempos médios de internação e infraestrutura disponível em espaços de privação de liberdade e medida socioeducativa (exemplos: restrição de acesso à internet; internação provisória).

- Estabelecer fluxos de aproveitamento de estudos durante e depois dos períodos de privação de liberdade e cumprimento de medida socioeducativa.

## Ensino Médio noturno

- Atentar para a necessidade de contratação de novos professores, visando à atribuição de aulas no noturno.
- Considerar a possibilidade de inclusão do 4º ano de Ensino Médio ou o estabelecimento de sábados letivos para os estudantes.
- Utilizar a EaD como forma de garantir a mesma carga horária do EM diurno, mas com flexibilidade às rotinas dos estudantes do EM noturno.

## Ensino Médio em tempo integral (EMTI)

- Realizar diálogo constante e intercâmbio de práticas entre os profissionais atuantes nas escolas do EMTI e aqueles que iniciarão a implementação dos IFs.
- Organizar seminários, webconferências ou ciclos de debates para compartilhamento de

práticas, a fim de evidenciar o trabalho com foco na educação integral, a promoção do protagonismo juvenil, o desenvolvimento do projeto de vida dos estudantes, a adoção de metodologias ativas, a realização de projetos interdisciplinares, o processo de escolha dos estudantes, entre outros.

- Garantir um olhar diferenciado para as unidades escolares que terão várias matrizes funcionando concomitantemente, por exemplo: terminalidade do Ensino Fundamental; conclusão do Ensino Médio regular e as primeiras séries no Novo Ensino Médio, considerando as complexidades instaladas.
- Atentar para a distribuição da carga horária nas escolas de tempo integral, considerando o máximo de 1.800 horas de FGB, ao longo dos três anos, e o restante do tempo distribuído para os Itinerários Formativos, podendo ser organizados vários arranjos.
- Considerar a possibilidade de a Secretaria criar diferentes desenhos curriculares que atendam às distintas realidades das escolas em tempo integral.
- Para conhecer diferentes arranjos, consulte a página 60 da [Coletânea de materiais](#), da Frente de Currículo e Novo Ensino Médio, e o [material do Instituto Natura](#).

# Planejamento da implementação

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pode ser inserida na arquitetura do Ensino Médio como um aprofundamento curricular específico, mas também integrado com áreas do conhecimento e mesmo em formato de eletivas. Vale lembrar que em seu estado pode ser que a EPT seja responsabilidade de outra Secretaria, o que demanda articulação entre as pastas de governo para que as equipes técnicas dialoguem e consigam planejar Itinerários Formativos que contemplem a EPT.

Para se aprofundar, recomendamos a leitura do **Guia 1 do Itaú Educação e Trabalho**, que aborda aspectos fundamentais para o itinerário de formação técnica e profissional.

## Educação especial

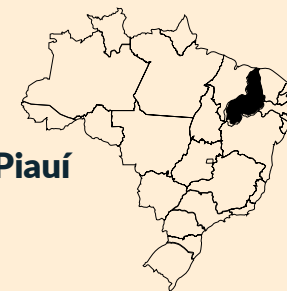
- Identificar os alunos matriculados que sejam público da educação especial e os profissionais já contratados das unidades para que possam planejar de acordo com as necessidades das escolas.
- Realizar um levantamento de recursos e equipamentos necessários, como profissionais, intérpretes, adaptações físicas e material pedagógico específico, assim como a criação de novos espaços, salas de recurso em contraturno e capacitação profissional adequada.
- Planejar fluxos para a implementação do art. 16 da Resolução CNE/CEB n. 2, de 11 de setembro de 2001, considerando que, quando são esgotadas as possibilidades de atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência ou necessidades específicas, a escola pode prosseguir com a certificação da escolaridade descrevendo, no histórico escolar, as competências desenvolvidas pelo educando, além de permitir o encaminhamento para a educação profissional ou EJA. Pode-se, também, abrir espaço para a escolha de eletivas de qualificação profissional ou mesmo para um Itinerário de EPT.
- Planejar fluxos e orientações para a adaptação dos IFs de acordo com as necessidades mapeadas pelos educadores;

## Educação a distância

- Planejar a EaD para ser utilizada como forma de expansão da carga horária de estudantes do Ensino Médio Regular, dando-lhes oportunidades mais amplas de eletivas e até de acesso a novos Aprofundamentos Curriculares.
- Garantir condições de infraestrutura e formação pedagógica adequadas para a utilização de tecnologia para a oferta de Itinerários Formativos.
- Para a realização desse diagnóstico, recomendamos a plataforma **Guia Edutec**, do CIEB.

# Na prática

Veja como aconteceu essa etapa na **Secretaria de Educação do Piauí**



Um dos primeiros passos na construção dos Itinerários Formativos no estado foi organizar **grupos de discussão** e **planejamento** para desenhar as propostas do Novo Ensino Médio. A formação de um **Comitê de Governança** foi fundamental: assim, cada atividade e cada avanço puderam ser validados pela alta gestão da Secretaria e por todas as partes interessadas no novo modelo.

A partir de um **planejamento conjunto** da equipe responsável, organizamos diversas frentes de trabalho para atender pontos específicos dessa grande demanda. **Cada frente se reuniu com uma frequência preestabelecida** para planejar e executar atividades que contribuíram para a implementação avançar.

O grupo destacado para fazer a redação dos Itinerários Formativos realizou um planejamento que incluiu os Aprofundamentos e as apropriações de conhecimento sobre a temática, a reescrita das propostas iniciais e adaptações

nas contribuições recebidas. O objetivo foi chegar a um produto final que atendesse a todas as exigências das regulamentações do Novo Ensino Médio e ao mesmo tempo fosse significativo para os estudantes do estado.

Sempre que uma etapa importante era concluída, passava por validação interna e o Comitê de Governança e o Conselho Estadual de Educação eram envolvidos para avaliação e devolutivas sobre o material produzido. Esses **feedbacks** constantes permitiram uma construção de Itinerários Formativos mais robusta e adaptada aos anseios das diversas partes envolvidas na reforma educacional.

## Exemplos de Planos de Implementação (PLI) para o Ensino Médio

**Plano de implementação do Novo Ensino Médio** – Rede estadual de ensino do Mato Grosso do Sul.

**Novo Ensino Médio capixaba** – Plano de implementação, desenvolvido pela Secretaria de Educação do Espírito Santo.



## ETAPA 2

# Estudos



### O DESAFIO

Assegurar que as equipes pedagógicas envolvidas na implementação compreendam em profundidade e se alinhem em relação aos objetivos, ao conceito, à estrutura e ao funcionamento, bem como às premissas pedagógicas dos Itinerários Formativos.\



### RESULTADOS ESPERADOS

- a. Equipes pedagógicas e operacionais das Secretarias alinhadas sobre os principais conhecimentos relacionados ao Novo Ensino Médio e aos Itinerários Formativos;
- b. Equipes pedagógicas e operacionais das Secretarias alinhadas sobre os principais conhecimentos relacionados às modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio;
- c. Equipes pedagógicas preparadas para avançar na concepção e elaboração da arquitetura e do catálogo de Aprofundamentos Curriculares e nos demais processos de implementação dos Itinerários Formativos do Ensino Médio.



### OS CAMINHOS POSSÍVEIS

Criar e garantir tempos e espaços para ações intencionais e estruturadas de formação e alinhamento das equipes técnicas pressupõe:

## 1. Realizar uma curadoria das normativas e de materiais produzidos sobre temas relacionados aos Itinerários Formativos, por exemplo:

Projeto de Vida, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, temas contemporâneos citados na BNCC, multiletramentos, metodologias ativas e ensino híbrido, inclusão e diversidade. A equipe pode mobilizar os diferentes atores da Secretaria, regionais e escolas, enviar dicas de materiais de estudo por meio de um canal de comunicação rápida, como grupos de WhatsApp. Isso garante não só a ampliação de repertório de todos, mas também promove o engajamento dos diferentes atores e uma implementação baseada nas normas vigentes.

Veja a seguir uma lista de materiais que consideramos importantes para compreender a arquitetura geral do Novo Ensino Médio e, mais especificamente, os Itinerários Formativos da etapa. Inserimos os materiais em uma ordem lógica de apropriação sobre os tópicos relacionados, mas eles podem ser acessados conforme as equipes julgarem melhor.

1. **“O que há de novo no Ensino Médio? – Texto de referência”**, do Instituto iungo, Reúna e Itaú Educação e Trabalho.
2. **Resolução n. 3, de 21 de novembro de 2018**, do MEC, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
3. **Coletânea de materiais**, da Frente Currículo e Novo Ensino Médio, que traz a arquitetura curricular: sistematização de entendimentos e pontos de atenção, bem como recomendações e orientações para elaboração e arquitetura curricular dos Itinerários Formativos.
4. **Referenciais Curriculares para a elaboração de Itinerários Formativos**, do MEC.
5. **“Aprofundamentos – Texto de referência”**, do Instituto iungo, Reúna e Itaú Educação e Trabalho.
6. **“O que são e como trabalhar os eixos estruturantes nos Itinerários Formativos – Texto de referência”**, do Instituto iungo, Reúna e Itaú Educação e Trabalho.
7. **Itinerários Formativos do Novo Ensino Médio: Estado da arte e insumos para as políticas nacionais de avaliação da etapa**, do Instituto Reúna.
8. **Parâmetros de Qualidade para Avaliação do Currículo do Ensino Médio**, do Instituto Reúna. Foco nos parâmetros que se referem aos Itinerários Formativos.

## Outros materiais e fontes de informação sobre o Novo Ensino Médio

- [Portal do Consed.](#)
- [Guia de implementação do Novo Ensino Médio](#), do MEC, Consed e Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação.
- [Novo Ensino Médio: guia para elaboração de normas complementares](#), do Foncede.
- [Plataforma Nosso Ensino Médio](#), do Instituto iungo, Reúna e Itaú Educação e Trabalho.
- [Estudos da OCDE sobre competências: competências para o progresso social – O poder das competências socioemocionais](#), da OCDE e da Fundação Santillana.
- [Portal do Instituto iungo.](#)
- [Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da Unesco.](#)

## 2.

**Planejar oficinas, encontros e elaborar materiais de apoio** para a apropriação dos Itinerários Formativos no território e **compor a base da formação das equipes da Secretaria e da escola.** É fundamental que, antes de formar as pessoas sobre currículo, elas entendam de fato como será essa nova arquitetura do Ensino Médio e que consigam tangibilizá-la na realidade da sua escola. A **Secretaria pode realizar lives e encontros presenciais com profissionais da rede e estudantes em diferentes níveis de profundidade e sobre diversos temas.**

É válido organizar encontros presenciais com diretores regionais, supervisores de ensino, equipe de apoio regional, diretores e gestores escolares para que eles compreendam esses aspectos (em especial a arquitetura dos Itinerários, a atribuição de professores e o cronograma de implementação).

É fundamental **criar espaços de estudos, apropriação, discussão de temas específicos e reuniões** de cunho informativo e formativo e disseminar entre educadores, jovens e seus responsáveis materiais que expliquem as principais inovações curriculares. Mais do que incentivar estudos e promover formações sobre estas normativas, é

imprescindível que os marcos legais sejam legitimados como **instrumentos norteadores e de consulta continuada** para todas as ações a serem decididas e implementadas em termos de políticas educacionais.

Os estudantes podem se tornar aliados do processo de implementação dos Itinerários Formativos e do Ensino Médio de forma geral. Sua mobilização pode se dar por meio dos grêmios estudantis, bem como a partir de entidades de representação estudantil, como a UBES e representações regionais de mesmo tipo.

### Na prática

Recomendamos ler o infográfico [Comunidades de aprendizagem para o Novo Ensino Médio, do componente “Convite à comunidade de aprendizagem”](#), produzido pelo Instituto iungo, Reúna e Itaú Educação e Trabalho, que faz parte da trilha do curso Nosso Ensino Médio. Lá estão princípios e práticas importantes para incentivar a formação continuada de educadores e seus pares.



## De olho na equidade

Materiais de estudo referentes às modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio devem ser consultados para que decisões e ações sejam embasadas e busquem soluções para uma educação equitativa nesta etapa. Veja a seguir algumas sugestões selecionadas por especialistas.

### Escolas do campo, das águas e das florestas

Para vencer os desafios da consolidação da educação do campo, das águas e das florestas, é necessário reconhecer e voltar a estudar algumas de suas normativas, decretos e diretrizes.

#### **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação**

**Básica, do MEC:** visam adequar o projeto institucional das escolas do campo para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a educação de jovens e adultos, a educação especial, a educação indígena, a educação profissional de nível técnico e a formação de professores em nível médio na modalidade normal. Ver tópico sobre as escolas do campo (a partir da p. 266)

#### **Orientações para o atendimento da educação**

**do campo:** **Parecer CNE/CEB n. 3/2008**, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo e reexamina o Parecer CNE/CEB n. 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da educação do campo.

**PRONERA:** pela primeira vez na história do Brasil, instituiu-se uma Política de educação do campo e regularizou-se o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. **Decreto n. 7.352, de 4 de novembro de 2010**, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

**Pedagogia da Alternância:** foram reconhecidos os dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), por meio do **Parecer CNE/CEB n. 1/2006**.

## Escolas em comunidades indígenas

A **Constituição Federal** sustenta que as populações indígenas utilizem suas línguas maternas e os próprios processos de aprendizagem, bem como prevê um ensino fundamental específico e diferenciado para essas comunidades, o que foi fortalecido pela LDB em 1996. Assim, cabe aos técnicos das Secretarias planejar de forma mais detalhada, etnográfica, linguística e pedagógica uma elaboração de Itinerários voltados ao conhecimento nativo e que incentivem o protagonismo do jovem indígena. Para aprofundamentos na temática da educação indígena, acesse:

**Parecer CNE/CEB n. 13/2012, aprovado em 10 de maio de 2012**: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena.

**Resolução CNE/CEB n. 5, de 22 de junho de 2012**: define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Vídeo “[BNCC Ensino Médio] Educação indígena”, do canal Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

Vídeo “Gersem Baniwa | Povos indígenas e educação | **Ensaio sobre Educação**”, do canal Instituto Unibanco.

## Escolas em comunidades quilombolas

É na **Constituição Federal de 1988** que as comunidades quilombolas se tornam sujeitos de direitos constitucionais. O **art. 215, inciso 1º**, determina que “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Já o **art. 216, inciso 5º, determina que** “ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”.

Conheça alguns documentos e estudos para aprofundar seus saberes sobre a educação escolar quilombola.

**Resolução CNE/CEB n. 8, de 20 de novembro de 2012**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

“Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto”, de Lourdes de Fátima Bezerra Carril, da *Revista Brasileira de Educação*.

**“Educação e práticas comunitárias: educação escolar quilombola”**, de Givânea Maria da Silva e Nádia Maria Cardoso Silva.

**“Somos da terra”**, de Antônio Bispo Santos, do portal Pise a Grama.

## Educação de jovens e adultos (EJA)

Na década de 1990, a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, reconheceu a educação de jovens e adultos (EJA) como uma modalidade de ensino da Educação Básica nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, conforme é possível verificar no art. 37: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

A Constituição Federal de 1988 também cita a EJA no art. 208, I: “A modalidade de ensino “Educação de Jovens e Adultos”, no nível fundamental, deve ser oferecida gratuitamente pelo Estado a todos os que não tiveram acesso na idade própria”.

- [Parecer CNE/CEB n. 11/2000](#)
- [Resolução CNE/CEB n. 01/2000](#)
- [“Novo Ensino Médio na modalidade educação de jovens e adultos integrado à educação profissional: uma análise do Programa Ejatec/MA”](#), de Melcka Yulle Conceição Ramos et al.

## Educação para estudantes em privação de liberdade e medida socioeducativa

Após 16 anos da publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentaram o [Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo \(Sinase\)](#), fruto de uma construção coletiva que envolveu diversas áreas do governo, representantes de entidades e especialistas na área, além de uma série de debates protagonizados por operadores do Sistema de Garantia de Direitos em encontros regionais que cobriram todo o país. Em 11 de dezembro de 2006, o Conanda publicou a Resolução nº 119, que dispõe sobre o Sistema Nacional Socioeducativo, destinado ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional, e em 18 de janeiro de 2012 foi promulgada a [Lei n. 12.594](#), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional.

O Sinase trouxe uma mudança de paradigma no atendimento prestado aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, pois a ação socioeducativa prevalece sobre as sanções impostas aos indivíduos. A educação, em seu sentido mais amplo, resume o essencial nas medidas socioeducativas, que é possibilitar o desenvolvimento pessoal.

Embora tenha sido cobrado por orientações nacionais para essa modalidade educativa, somente em 2016, o MEC estabeleceu as Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas por meio da Resolução n. 3, de 13 de maio de 2016.

[Lei n. 12.594](#), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional.

[Resolução n. 119](#), que dispõe sobre o Sistema Nacional Socioeducativo.

## Ensino Médio em tempo integral

Para analisar o Ensino Médio em Tempo Integral, é importante retomar a legislação que contribuiu para fomentar a implementação de escolas em tempo integral. Desde 1996, com a LDB, já se previa o aumento da oferta do ensino fundamental em tempo integral, o que foi também estipulado (meta 6) pelo Plano Nacional de Educação (PNE), em 2001. Todavia, os recursos destinados a essa ampliação da oferta do tempo integral só apareceram na lei com a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007.

Já em 2014, com a nova aprovação do PNE, estabelece-se como meta a oferta de educação em tempo integral para, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo, pelo menos, 25% dos estudantes da Educação Básica. Mas é apenas com a **Lei 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**, que se institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, observando que o Novo Ensino Médio não determina que todas as escolas passem a ter o Ensino Médio integral, mas sinalizando uma progressiva ampliação das matrículas deste tipo.

Para informações gerais, acesse o e-book **Orientações para adaptação da matriz do Ensino Médio Integral ao Novo EM**, elaborado pelo Instituto Natura. Recomendamos também que sejam pesquisadas e estudadas as normativas referentes às escolas em tempo integral nos estados, uma vez que existem unidades da federação com legislação própria sobre a oferta da educação em tempo integral, como neste exemplo de **política de EMTI do Ceará**.

## Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Dada sua integração à nova arquitetura do Ensino Médio, o estudo e certo nivelamento de conhecimento sobre a Educação Profissional e Tecnológica no EM devem ser feitos por todas as equipes envolvidas com a implementação da etapa. O objetivo é construir diálogos construtivos entre as equipes de EPT e equipes curriculares e operacionais, que geralmente estão em estruturas diferentes das secretarias e, em alguns casos, em secretarias diferentes.

**Resolução CNE/CP n. 1, de 5 de janeiro de 2021**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

**Educação profissional e tecnológica emancipatória: juventudes e trabalho**, do Itaú Educação e Trabalho.

**Normatização e Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**

**EPT: um olhar para cinco sistemas de ensino ao redor do mundo**, das Vozes da Educação.

# Estudos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Educação especial

A inclusão do aluno público da educação especial, indicando os objetivos e a forma como essa inclusão deve ser realizada, é recente (o Decreto n. 7.611 foi sancionado em 2011). O Plano Nacional de Educação, de 2014, publicou a meta 4, que diz “Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados”.

Com isso, as escolas ficam responsáveis por providenciar espaços e recursos para seus alunos matriculados como público da educação especial, fornecendo materiais, profissionais e espaços adaptados para suas necessidades sem ônus às famílias desses alunos. Quando a escola não possui estrutura para recebê-los, eles podem ser encaminhados a outras escolas conveniadas às prefeituras e diretorias de ensino que sejam adequadas.

É preciso lembrar que estudantes com deficiência têm direitos garantidos na [Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência \(13.146/2015\)](#), na Constituição Federal, na [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional \(9.394/1996\)](#) e, em São Paulo, na [Lei Estadual n. 16.925/2019](#).

## Educação a distância

As possibilidades de uso da educação a distância no Novo Ensino Médio devem orientar a busca por referências úteis a cada processo de implementação local. Destacamos alguns materiais que podem ser úteis para refletir sobre o uso da EaD na etapa de ensino:

[Guia de Implementação de Estratégias de Aprendizagem Remota](#), do CIEB.

[TICs em currículos inovadores: o uso de tecnologia em currículos escolares](#), do CIEB.

[“Entenda como e por que aplicar o EaD no Novo Ensino Médio”](#), de Mateus Fratuzzi.

[Itinerário Formativo em Cultura Digital](#), do CIEB.

# Na prática

Veja como aconteceu essa etapa na **Secretaria de Educação do Roraima**



O estado de Roraima elaborou o Documento Curricular de Roraima (DCRR), no qual já constavam exemplos das primeiras produções dos Itinerários Formativos e o entregou ao Conselho Estadual ainda em 2019. Com o objetivo de qualificar o texto e torná-lo mais contextualizado com a realidade estadual, em 2020, a equipe do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) do estado planejou a revisão de todo o DCRR, inclusive da estrutura dos Itinerários Formativos.

Para os trabalhos de revisão dos IFs, aconteceu um ciclo de reuniões com a Equipe de Gestão do ProBNCC-EM/RR, composta pela coordenadora estadual, coordenadora do Ensino Médio, coordenadores de áreas do conhecimento e articuladores. As discussões foram importantes para redefinir a estrutura dos Itinerários, tendo como referência os materiais de apoio

de diversas instituições e aproveitando o aprofundamento no debate sobre a implementação do Novo Ensino Médio promovido pelo Consed. Após a definição da estrutura dos IFs, os coordenadores de área e o articulador de itinerário propedêutico orientaram e acompanharam os redatores nas produções.

Após as orientações, os grupos de redatores iniciaram os estudos para a consolidação das aprendizagens e o desenvolvimento primário dos itinerários. Essa produção foi dinâmica e dialógica, pois a redação dos IFs passou por revisão dos coordenadores de área, do articulador de itinerário e do consultor de gestão do CONSED. Seguindo esse mesmo processo, a coordenação do ProBNCC-EM/RR formou os redatores para escrever as Diretrizes Curriculares de Roraima, levando em conta as normativas e a realidade das escolas do estado.

## ETAPA 3

# Ciclo de diagnósticos



### O DESAFIO

Conduzir o diagnóstico das capacidades da rede e as necessidades e demandas do território para que os dados levantados orientem a Secretaria de Educação na definição, no ajuste e/ou no detalhamento das ofertas de Itinerários Formativos.



### RESULTADOS ESPERADOS

- a. Resultados consolidados de diagnóstico de demanda da rede para oferta de Itinerários Formativos (foco nos Aprofundamentos Curriculares), já incluindo as diferentes modalidades e ofertas específicas do EM;
- b. Resultados consolidados de diagnóstico das condições de oferta da rede para os Itinerários Formativos em todas as escolas do território e não apenas as do Ensino Médio regular diurno;
- c. Sistematização de experiências exitosas de flexibilização curricular no Ensino Médio da rede, por exemplo, as do EMTI que inspirem a implementação nas demais;
- d. Revisão do PLI e do plano tático-operacional de acordo com resultados dos diagnósticos.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead



## OS CAMINHOS POSSÍVEIS

Planejar e executar os levantamentos que subsidiam o diagnóstico:

- a. demandas da rede para a oferta de Itinerários Formativos;**
- b. condições de oferta da rede:** recursos humanos, infraestrutura das escolas, arranjos produtivos locais;
- c. potenciais parcerias;**
- d. experiências inspiradoras na rede de flexibilização curricular.**

A reunião de dados relevantes exige que as diversas áreas estejam envolvidas – EPT, infraestrutura escolar, matrícula, transporte, recursos humanos, sistema de informação etc. – e forneçam informações que orientem a tomada de decisão para todas as escolas. Nessa tarefa, é primordial que haja uma conexão com o Comitê de Governança, utilizando-o para aliar suas metas com o levantamento de dados para diagnóstico, com cada uma das áreas que o compõem.

Para realizar o ciclo de diagnóstico, é necessário:

- 1.** Planejar a ação, respeitando as seguintes etapas:
  - a) Listar cada um dos levantamentos, definindo ações, prazos, resultados esperados e responsáveis.** Ainda que as ações possam ser realizadas por diferentes atores, as agendas precisam ser coordenadas, de modo que se definam colaborativamente as ações concomitantes e as consecutivas.
  - b) Elaborar os instrumentos e as estratégias de coleta,** definir a agenda de execução dos levantamentos e da sistematização dos dados, formar os aplicadores e realizar um piloto para testagem, sempre que possível.
  - c) Mapear e acionar as pessoas e instituições** que precisam ser envolvidas no levantamento. Preparar e enviar a comunicação com o convite, deixando explícitos a importância e o objetivo da ação, formalizar as agendas e acompanhar seu cumprimento.



# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

**2.** **Realizar os levantamentos**, com foco nos objetivos específicos de cada um deles.

## 2.1 DEMANDAS DOS ESTUDANTES

Para colocar o jovem no centro da aprendizagem e para que sua experiência na escola tenha mais sentido, ela precisa estar conectada com seus interesses e projetos de vida. No intuito de garantir isso, nada faz mais sentido do que (re)conhecer as juventudes que habitam o território. É válido revisitar e aprofundar o **diagnóstico de demanda, agora com foco nos IFs**. Ele é realizado por meio da escuta dos jovens, preferencialmente com a mediação de gestores escolares e professores, com o objetivo de responder a perguntas como:

- Quais são suas áreas e temas de interesse?
- Quais são suas perspectivas de futuro pessoal, acadêmico e profissional?
- O que você espera do trabalho com Projeto de Vida?
- Quais inovações em termos de conteúdo e estratégias gostaria de vivenciar?
- O que você não quer vivenciar na escola?

- Quais novas oportunidades de aprendizagem você espera que sua escola lhe proporcione?
- Quais práticas você sugere para que o ensino seja mais atrativo e motivador?
- Qual sua perspectiva em relação à continuidade ou permanência em sua comunidade? (para comunidades indígenas, quilombolas e do campo)
- Qual é seu motivo principal de retorno à escola e quais são suas expectativas para o Ensino Médio (EJA)

Com o objetivo de criar condições para assegurar o acesso e a permanência de jovens até a conclusão do Ensino Médio, é preciso dar ouvidos às suas demandas, às suas reivindicações e aos seus sonhos. Dessa forma, a perspectiva do direito se alinha a uma educação contextualizada, de qualidade e socialmente referenciada.

Pesquisas que já deram voz aos jovens podem inspirar o levantamento em outras redes. Veja, no portal do Porvir, **A escola que os jovens querem: nossa escola em (re)construção** e ouça o podcast: o episódio 2, “Reforma do Ensino Médio: novas trajetórias, velhos desafios” do Dos dois lados da rua (uma produção do CEAPG – Centro de Estudos

em Administração Pública e Governo e do NEB – Núcleo de Estudos da Burocracia, ambos da FGV EAESP), com relatos de jovens de EM e participação de Fernando Wirthmann Ferreira, coordenador-geral de Ensino Médio (COGEM) no Ministério da Educação.

É interessante aplicar o processo de escuta também aos estudantes do 9º ano, considerando que eles estarão no Ensino Médio no próximo ano letivo. Isso ajuda a compreender suas expectativas e preferências, bem como a antecipar a demanda de professores em cada unidade de ensino para garantir a oferta de acordo com os desejos e projetos de vida dos novos estudantes. Isso implica o estabelecimento de instrumentos de governança que garantam essa aplicação e escuta de maneira anual, considerando que os anseios das juventudes, assim como as tecnologias, são dinâmicos e mutáveis.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

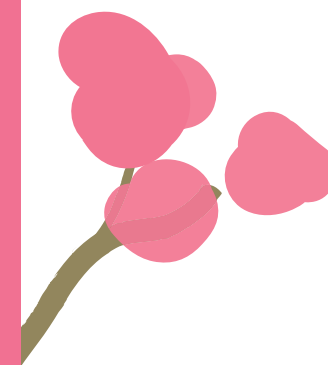
## Na prática

**A escolha dos Aprofundamentos Curriculares e o processo de matrícula na rede estadual de São Paulo.** Nas páginas 32 e 33 do material [Novo Ensino Médio na prática: as experiências da rede pública estadual de São Paulo](#), do Reúna e Instituto Natura, é possível conhecer como foi realizado o diagnóstico de demanda dos estudantes por Aprofundamentos Curriculares após a definição do catálogo. O mesmo processo pode ser transposto para o momento anterior à consolidação do catálogo.

**Google Formulários.** Uma possibilidade é utilizar ferramentas gratuitas como o Google Formulários para realizar a escuta e a posterior sistematização em tabelas e gráficos. Recomenda-se usar o e-mail institucional

para criar formulários e materiais que serão compartilhados, pois isso evita perdas de informações e deixa o trabalho mais organizado. **Acesse o [tutorial de uso](#).**

Grupos focais e rodas de conversa. É uma abordagem mais qualitativa e complementar, cujos resultados também precisam ser sistematizados. Pode-se envolver representantes de entidades estudantis como grêmios, clubes juvenis e união dos estudantes secundaristas. O ideal é que a escuta seja realizada em cada uma das unidades escolares da rede, já que cada uma é única e tem suas particularidades. A trilha do [“Trilha do Faz sentido”](#), explica como realizar bons questionários e rodas de conversa.



# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## 2.2. CONDIÇÕES DE OFERTA DA REDE

É necessário fazer um mapeamento do território, identificando os recursos disponíveis para oferecimento de Eletivas, Aprofundamentos e do Itinerário de EPT. Vale a pena revisitar a análise do contexto que orientou a escrita curricular, conhecer o que já é ofertado pelas escolas-piloto e pode ser ampliado ou disseminado, quais instalações são necessárias e se estão em condições adequadas para acolher as inovações previstas nos IFs. Esse mapeamento inclui verificar:

- perfis dos professores da rede e seu interesse em atuar nos IFs;
- acesso à internet de cada escola;
- estrutura física e de laboratórios das escolas;
- equipamentos tecnológicos e mobiliário (salas de aula para oferta de Itinerários);
- recursos destinados à aquisição e manutenção de equipamentos e de contratação de internet;
- transporte escolar e alimentação;
- demanda da comunidade.

Para ofertar **Itinerários de formação profissional e tecnológica**, é necessário entender a demanda de estrutura física da escola e suas condições atuais. Por exemplo, para ofertar um curso técnico em desenvolvimento de sistemas, a escola precisa de um *desktop* (não apenas *notebook*) para comportar os *softwares* necessários para a aprendizagem. Se for um curso de gestão, provavelmente a disponibilização de *notebooks* *seja* suficiente. Já se for outro curso com necessidade de infraestrutura específica, é fundamental fazer um planejamento detalhado de como as escolas com essa oferta passarão pelas adequações requeridas.

A área de **recursos humanos**, por exemplo, pode trazer o panorama do perfil dos professores de Ensino Médio, como distribuição do número de professores por tipo de jornada de trabalho ou quantidade de horas-aula, proporção de professores concursados em cada componente curricular, distribuição dos professores por número de anos de experiência por componente curricular, entre outros – tudo isso em relação à média da rede e nas unidades escolares em que há maior predominância de cada modalidade e oferta específica de educação.

A área de **planejamento/gestão de rede/ matrículas pode trazer análises sobre a distribuição de estudantes de acordo com o tipo de escola, a região do estado, a modalidade e a oferta específica de ensino na escola, o turno e ofertas específicas**. Além dos dados brutos, recomenda-se que cada área seja provocada a tirar conclusões relevantes para a implementação dos Itinerários Formativos nos contextos específicos. Por exemplo: a área de serviços escolares tem flexibilidade para alterar os contratos de transporte? Qual deve ser a antecedência mínima para realizar alterações na carga horária? Sabe-se que, para garantir a equidade, é fundamental que sejam levadas em conta as especificidades da educação indígena, quilombola, do campo, estudantes em medidas socioeducativas, EJA e outros.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## POTENCIAIS PARCERIAS

Para entender com quem é possível contar, vale a pena mapear quais instituições seriam parcerias estratégicas a construir ou fortalecer. O objetivo é ampliar as possibilidades de oferta de Eletivas, Aprofundamentos, ensino técnico, formação de professores, desenvolvimento de material de apoio ou até mesmo para a realização dos diagnósticos, caso a equipe não disponha de corpo técnico.

Pesquisar sobre as iniciativas, projetos e experiências dessas organizações com outras Secretarias de Educação pode favorecer o processo de curadoria e o melhor direcionamento de esforços de aproximação.

O cenário que tem se desenhado como um caminho possível para que a rede firme parcerias é a organização e definição interna dos temas elencados como prioritários para a oferta de IFs e busca por potenciais parceiros de forma complementar ao que rede já oferece/disponibiliza. Além de buscar agendar reuniões com as lideranças das instituições, é recomendável convidá-las para conhecer algumas escolas e apresentar propostas para eventuais parcerias que possam responder às necessidades mapeadas no levantamento.

A Secretaria deve mapear potenciais fornecedores de educação profissional, com olhar específico para cada município/região do estado, em complementaridade ao que a rede já tem disponível em termos de oferta e infraestrutura escolar. Também é fundamental entender como funciona o financiamento da formação profissional no estado.

O Sistema S e os Institutos Federais, por exemplo, são instituições que se destacam na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas suas diferentes ofertas, portanto, conhecer as semelhanças e diferenças entre essas instituições, os diferentes tipos de cursos, formas de oferta, perfil dos egressos e outras características é de grande importância. Esse conhecimento pode auxiliar a comparar e contrastar a EPT ofertada por essas instituições e os Itinerários Formativos profissionalizantes do Novo Ensino Médio. Conheça essas instituições e o tipo de curso que oferecem nos links a seguir e busque o diálogo com a instituição mais próxima de sua cidade para que sejam estabelecidas reflexões coletivas e parcerias para uma melhor formação dos estudantes para o mundo do trabalho.

## Na prática

Veja o [material Oferta da EPT de Nível Médio](#), ferramenta do Itaú Educação e Trabalho que faz um mapeamento da EPT nos territórios, informando sobre oferta, cursos mais procurados, melhor remuneração, entre outros.

Vale conferir a iniciativa [Quero na escola](#), que conecta os desejos dos jovens com voluntários, o que poderia facilitar parcerias para Eletivas, e a [Rede E-Tec](#), iniciativa do governo federal que oferece cursos profissionalizantes técnicos a distância.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

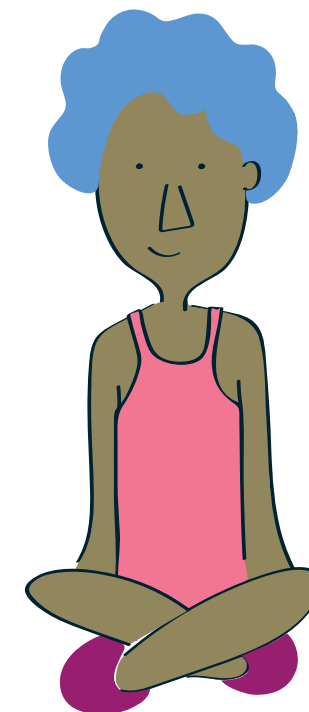
## Experiências inspiradoras na rede

Essa etapa consiste em levantar exemplos anteriores (Pró-EMI, ETI, escolas-piloto do Novo EM) que engajem a comunidade na implementação dos Itinerários Formativos. As escolas-piloto do Novo Ensino Médio, as escolas de tempo integral e/ou outros programas de flexibilização e reorganização do currículo podem ser boas fontes de informação. Esse levantamento permite apoiar a implementação e também coletar e compartilhar boas práticas com toda a rede. Para que ele se efetive, é preciso:

- Dialogar com as equipes escolares da rede para elencar questões que possam ser feitas às equipes de escolas que já tenham experienciado a flexibilização e a reorganização curricular.
- Construir ou mobilizar a criação de materiais informativos e formativos com base nas experiências anteriores.

## Na prática

1. **Ciclo de monitoramento e acompanhamento das escolas-piloto de Mato Grosso**, material de divulgação do ciclo de monitoramento e acompanhamento das escolas-piloto do Mato Grosso.
2. **Material Ensino Médio integral em Pernambuco**: as estratégias pedagógicas e de gestão que fazem a diferença, que relata a experiência de Pernambuco com educação integral.
3. **Material Novo Ensino Médio na prática**: as experiências da rede pública estadual de São Paulo, do Reúna e Instituto Natura:; Itinerários Formativos de EPT na rede estadual de São Paulo (páginas 29 e 30).



# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## 3. Sistematizar os resultados em um documento de diagnóstico

Apresentar e disseminar os principais achados entre os envolvidos, deixando explícitos as condições da Secretaria e os desafios que precisam ser enfrentados coletivamente. É esse diagnóstico que vai permitir à rede, por exemplo:

- definir o número de IFs a ser ofertado, caso isso não tenha sido colocado no referencial curricular;
- escolher de maneira mais assertiva quais serão eles;
- definir a autonomia das escolas para adaptar os IFs de acordo com seu território, seu contexto e sua realidade local;
- mapear o número de alunos interessados em cada IF;
- mapear os professores, suas habilitações e seus interesses em ministrar diferentes componentes curriculares dos IFs, por região e escola;
- criar as condições para assegurar a oportunidade de escolha pelos jovens de qualquer escola e região;
- mapear capacidade financeira da Secretaria para contratação de novos professores em locais onde for necessária a ampliação da oferta de turmas para os Itinerários Formativos, bem como prever no calendário de implementação as etapas de contratação;
- mapear capacidade de ofertar transporte extra ou com uma nova rota para estudantes que desejarem cursar o Itinerário em outra escola ou instituição;
- verificar a necessidade de alimentação escolar para os estudantes;
- oferecer um sistema de matrícula que separa os IFs da matrícula regular, permitindo mobilidade dos estudantes entre escolas.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## De olho na equidade

Os dados e direcionamentos que reunimos a seguir podem apoiar o diagnóstico mais aprofundado das redes no que se refere às modalidades e ofertas específicas do Ensino Médio. Lembre-se, no entanto, de que as estatísticas apresentadas tomam por base dados nacionais. Sendo assim, a realidade específica do território de sua rede pode ser diferente, o que só reforça a importância de se fazer levantamentos locais antes de iniciar a implementação dos IFs.

### Escolas do campo, das águas e das florestas

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)<sup>8</sup> demonstrou que 84,72% da população brasileira vivem em áreas urbanas e 15,28%, em áreas rurais. A região com maior população na área rural é a Nordeste, com 26,88% de pessoas vivendo no campo. Para entender a complexidade da educação do campo, das águas e das florestas, é fundamental considerar a diversidade dos sujeitos/povos do campo e as condições oferecidas. Observe a tabela a seguir:

8 IBGE, 2015.

Número de escolas do campo (Censo Inep/ MEC 2018)

Região/ Estados	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educ. Profissional	EJA	Esc. Campo	Total
Centro-Oeste	863	1.209	234	39	191	1.310	10.314
Nordeste	23.698	25.502	655	141	6.936	28.638	63.858
Norte	7.855	10.889	490	44	1.773	11.374	22.340
Sudeste	4.011	5.591	492	95	391	6.609	59.773
Sul	2.475	3.700	379	56	95	4.212	25.654
<b>Total Brasil:</b>	<b>38.902</b>	<b>46.891</b>	<b>2.250</b>	<b>375</b>	<b>9.386</b>	<b>52.143</b>	<b>181.939</b>

É gritante a drástica redução na oferta de Ensino Médio e profissionalizante nas escolas do campo. Esse dado acende uma luz de alerta sobre como esta especificidade vem sendo tratada e as demandas que se apresentam para as Secretarias Estaduais de Educação. **Como está sendo organizada a oferta do Ensino Médio para as escolas do campo em seu Estado? Como dar conta das especificidades de implantação do Novo EM diante desses dados apresentados? O que já é possível fazer?**

Entendemos que essa fase do processo de escolarização para as juventudes camponesas representa um momento de tomada de decisões sobre a própria vida, seus sonhos e projetos de vida. **Como organizar uma proposição de Itinerários Formativos que, em vez de estimular a saída dos jovens do campo, possa contribuir com a criação de condições dignas para sua permanência?**

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

É fundamental considerar as demandas das juventudes camponesas de seu território, que estão organizadas e discutindo as possibilidades de presente e de futuro no campo. Recomenda-se uma formação na perspectiva da **Agroecologia**, enquanto Projeto de envolvimento dos sujeitos do campo, das águas e das florestas em seus territórios.

Veja este exemplo da [7ª Feira Agroecológica e Cultural da Juventude Camponesa](#), publicado pelo canal AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, que aconteceu em 2019, em Solânea-PB, e teve como tema “Educação e resistência”. A feira é organizada pela Comissão de Juventude do Polo da Borborema, com o apoio da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. Também a [“Campanha Raízes se formam no Campo - Educação Pública e do Campo é um Direito Nosso”](#), publicada pelo canal TV Contag, envolve movimentos sociais, sindicais, instituições de ensino e profissionais da educação e traz diversos dados que se articulam e complementam em uma análise crítica e bem didática sobre as políticas, os desafios e sonhos a partir do olhar dos jovens. Vale a pena conferir e refletir sobre o assunto. **Como as questões tratadas no vídeo estão sendo abordadas em sua realidade na gestão das políticas educacionais de implementação da nova arquitetura do Ensino Médio, voltadas para o campo, as águas e as florestas?**

## Escolas em comunidades indígenas

Os dados para elaboração de um diagnóstico devem ser sempre baseados na gênese dos povos indígenas. Por exemplo, quem são especificamente os Puyanawa e os Ashaninka? Dois povos com culturas e línguas completamente distintas. Quais foram os processos que esses povos tiveram para demarcar seus territórios? O direito à terra dá a esses povos legitimidade para continuar praticando suas tradições e ao mesmo tempo estabelecer relações itinerárias com os não indígenas? Essas informações são extremamente relevantes para entender como a educação nessas sociedades precisa ser desenvolvida, dentro dos seus padrões culturais.

Os dados podem ser obtidos principalmente com diálogo e a partir das novas visões dos jovens indígenas no que se refere às suas expectativas. Por outro lado, o que as instituições discutem, organizam e apresentam no momento deve ser levado em consideração, por exemplo: o plano de gestão da escola, o trabalho dos alunos e dos professores e os sonhos dos estudantes.

Além disso, há pontos de atenção que precisam ser observados.. As equipes técnicas da Secretaria deve procurar:

- compreender o significado de educação indígena e educação escolar indígena, assim como os pilares que regem o território;
- conhecer quem são os agentes, interlocutores, ouvintes, comunidade e comunidade escolar do território;
- fazer visitas constantes ao território, à escola, para conversar com os jovens.



# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Escolas em comunidades quilombolas

O diagnóstico das capacidades das redes e das necessidades e demandas do território é essencial para não planejar o que na prática não terá sustentabilidade. Para entender como está ocorrendo a educação nas comunidades quilombolas do território é essencial que se faça um mapeamento, levantando:

- quem são os estudantes quilombolas e qual é a demanda deles;
- quantas escolas estão localizadas nas comunidades quilombolas e atendem estudantes oriundos delas;
- quais são as condições físicas, curriculares e de infraestrutura dessas escolas;
- que tipo de vínculo as/os docentes têm com a Secretaria;
- quantos professores quilombolas estão nas escolas quilombolas;
- qual é a vivência de processos de formação em educação escolar quilombola.

Mapear os movimentos negros, de mulheres negras e quilombolas do território é fundamental, tendo em vista que é possível envolvê-los no levantamento de dados e estabelecer parcerias com eles. No mapeamento, devem ser incluídas boas experiências

de flexibilização de currículo ocorridas nas escolas quilombolas do território. É importante fazer o levantamento da **educação quilombola**, ou seja, das histórias, dos saberes e das culturas das comunidades quilombolas do território para que se tornem currículo das escolas da localidade.

Com base nesses dados, as Secretarias podem tomar decisões políticas e financeiras para a implementação de Itinerários na educação escolar quilombola: seja formando professores, seja promovendo adequações na rede física das escolas, na alimentação e nos materiais didáticos, de acordo com as Diretrizes Nacionais da Educação Escolar Quilombola (2012). Além disso, as informações sistematizadas podem dar suporte à definição de quais serão os Itinerários Formativos ofertados pelas escolas em comunidades quilombolas, levando em conta, por exemplo, a permanência ou saída dos estudantes do Ensino Médio de suas comunidades.

A Secretaria de Educação de Santa Catarina aprovou recentemente, junto ao CEE, a **Resolução 2022/004** que institui Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena para todo o sistema estadual. Este exemplo pode servir de modelo para sua rede.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

**eja**

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Educação de jovens e adultos (EJA)

É necessário realizar um levantamento de dados que possibilite a construção de diagnósticos sobre o cenário real e atual da modalidade da EJA, considerando a busca das seguintes informações:

- quem são e quais os maiores desafios dos estudantes da EJA para manter seu acesso e a permanência;
- quais são os interesses, as necessidades e as demandas dos estudantes, inclusive em relação à inserção no mundo do trabalho e de qualificação profissional;
- quais instituições educacionais, ligadas à formação de qualificação profissional, podem ser parcerias enriquecedoras para os IFs;
- quais são as necessidades dos territórios para que os IFs se alinhem a essas demandas;
- quais são as maiores fragilidades e necessidades dos docentes em termos de formação continuada?

Os dados podem contribuir como pontos de partida para o processo de implementação dos IFs da EJA, ao reconhecer o território e colaborar com o planejamento de ações estratégicas.

Para construir IFs desta modalidade com objetivo de diminuir a evasão e o baixo rendimento escolar, é imprescindível identificar

os maiores desafios dos estudantes. Como a EJA tem como um dos seus nortes de desenvolvimento a articulação com a educação profissional, torna-se essencial identificar as necessidades e os interesses dos estudantes para que os IFs dialoguem com eles.

Articular-se a instituições educacionais ligadas a formações de qualificação profissional pode facilitar o desenvolvimento de ações educativas e, inclusive, diminuir prazos e custos de implementação. Mapear as necessidades da comunidade do entorno contribui para reduzir custos e tempos de transporte e de deslocamento dos estudantes, além de alinhar as necessidades e os interesses do estudante com as demandas do território.

É primordial diagnosticar as fragilidades e potencialidades dos professores para compreender suas possibilidades e fortalecer seu Plano de Formação e de Estudos.

Promover troca de experiências com outros Estados pode evitar repetir estratégias malsucedidas, perda de tempo e, em paralelo, garantir iniciativas promissoras, mesmo que seja necessário adaptá-las às especificidades de cada região. Além disso, um ponto relevante é verificar se o estado já regulamenta em seus CEEs a oferta de EJA para estudo e compartilhamento na rede.

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

## Educação para estudantes em privação de liberdade e medida socioeducativa

O levantamento dos dados e informações junto às diretorias de ensino é fundamental para conhecer a realidade do sistema socioeducativo, o perfil referente à trajetória escolar dos adolescentes e jovens, as condições de atendimento e as características do corpo docente. Todos esses dados ajudam a compreender esta oferta específica de ensino e definir os Itinerários Formativos. Para o desenvolvimento da etapa de diagnósticos, os técnicos da Secretaria precisam levantar dados e informações relevantes para o reconhecimento do cenário da oferta específica no território. São eles:

- qual é a forma de organização do sistema socioeducativo no estado;
- quantos são os centros de atendimento;
- número de adolescentes no Ensino Médio;
- organização das classes (seriadas ou multisseriadas);
- situação da relação entre idade, série e aprendizagem;
- características dos professores que lecionam nesses espaços;

- média de estudantes por turma e número de turmas por unidade escolar;
- diferenças nas condições de atendimento entre as unidades de atendimento socioeducativo.

Geralmente, o número de estudantes sujeitos a medidas socioeducativas para o Ensino Médio é baixa. Isso significa que as salas de aula/classes terão número reduzido de alunos, em cada ano/série. Este diagnóstico e a análise dos dados levantados contribuirão para a tomada de decisão sobre a oferta específica de ensino (regular ou EJA), organização das salas (seriadas ou multisseriadas), o processo de atribuição de aulas do corpo docente, entre outros.

Os dados e as informações poderão ser obtidos por meio do diálogo com as escolas e diretorias de ensino. Também por meio de consulta aos bancos de dados/sistemas de informação das Secretarias de Educação. Caso o sistema de informação não contemple dados relativos à escolaridade desse público, seria importante a possibilidade de incluí-los em seu sistema.

## Ensino Médio em tempo integral

Para a elaboração de um diagnóstico específico acerca do contexto no qual encontram-se as escolas em tempo integral das redes, é interessante que o comitê de governança organize a coleta das seguintes informações:

- número de escolas de ensino médio em tempo integral;
- número de professores de cada área do conhecimento;
- número de professores efetivos;
- número de professores em contrato temporário;
- número de estudantes;
- número de turmas de cada série do Ensino Médio;
- número de estudantes desistentes da oferta específica (que retornam para escolas regulares);
- número de estudantes evadidos;
- componentes curriculares eletivos que têm maior aceitação dos professores e estudantes;

# Ciclo de diagnósticos

DE OLHO NA EQUIDADE

cam

ind

qui

eja

jpl

not

emti

ept

esp

ead

- projetos interdisciplinares/transdisciplinares bem-sucedidos, realizados nas escolas;
- parcerias estabelecidas pelas escolas com instituições públicas e privadas, com o terceiro setor, com membros comunidade, ex-alunos etc.;
- espaço físico da escola: número de salas de aula, número de salas ociosas, laboratório de informática (total de computadores em bom estado e com acesso à internet);
- situação da meta do estado em relação ao PEE;
- previsão de ampliação do número de escolas que oferecem EMTI.

Por meio da coleta destes dados, identifica-se o interesse dos estudantes a partir de experiências já realizadas, verificando, por exemplo, quais componentes curriculares eletivos são ofertados pelas escolas e como tem sido a adesão pelos estudantes. Esse mapeamento revela o que o corpo docente é capaz de ofertar e os maiores interesses dos estudantes, permitindo assim compreender qual Itinerário Formativo pode conjugar essas duas importantes variáveis: oferta e interesse.

Outro ponto imprescindível é a identificação dos perfis de estudantes que permanecem no EMTI, pois em virtude de uma carga horária mais extensa e da oferta de atividades diversificadas, alguns estudantes acabam optando por voltar para escolas regulares, até mesmo para trabalhar ou fazer cursos que visem à inserção no mundo do trabalho.

O que já faz parte da cultura de trabalho das escolas pode subsidiar a implementação dos Itinerários Formativos, por exemplo: as experiências com as escolhas dos estudantes, os projetos bem-sucedidos e o nível de protagonismo e engajamento, bem como o potencial da unidade para estabelecer parcerias que proporcionam experiências diversas no contexto escolar.

## Educação especial

Para obter informações que norteiam a implementação da Educação Especial, é necessário levantar:

- dados sobre alunos que estão nos anos finais do Ensino Fundamental;
- dados sobre número de escolas com alunos da Educação Especial matriculados;

- número total de alunos matriculados da Educação Especial;
- número de matrículas por deficiência;
- número de profissionais contratados e em quais áreas;
- quais e quantos são os espaços específicos para esses alunos;

De acordo com os dados levantados, é possível pensar em estratégias de inclusão nas unidades, como modificações necessárias no espaço físico, aquisição de materiais especializados, profissionais de apoio que precisam ser contratados ou alternativas como a capacitação de profissionais, materiais e espaços que já estão em funcionamento nas unidades escolares e precisam de adaptação. Será possível ver se existem profissionais suficientes para as matrículas e se há capacitação adequada para o recebimento destes alunos.

Além disso, é essencial promover a escuta ativa entre alunos da Educação Especial e de com professores das escolas, para que suas necessidades sejam ouvidas e levadas ao conhecimento dos técnicos das Secretarias.

# Na prática

Veja como aconteceu essa etapa na **Secretaria de Educação do Mato Grosso**



**P**ara a proposta de Itinerários Formativos, realizamos a **escuta com os estudantes** de Ensino Médio e do 9º ano do Ensino Fundamental, das redes estadual e municipais, através da ferramenta “Nossa Escola em (Re) Construção” do Instituto Porvir, com objetivo de entender as expectativas e anseios dos jovens no estado.

Diversos setores da Secretaria foram convocados para as discussões do grupo de trabalho para implementação do Novo Ensino Médio e se mobilizaram para obter e tratar de dados da rede, realizando o **diagnóstico da capacidade de oferta**. Utilizamos pesquisas sobre o arranjo produtivo local para informações sobre oferta de EPI, coleta de dados do corpo docente, carga horária atual das escolas e transporte escolar, que foram úteis para se pensar em adequações de arquitetura e dos itinerários que tornassem a oferta plausível dentro das possibilidades da rede.

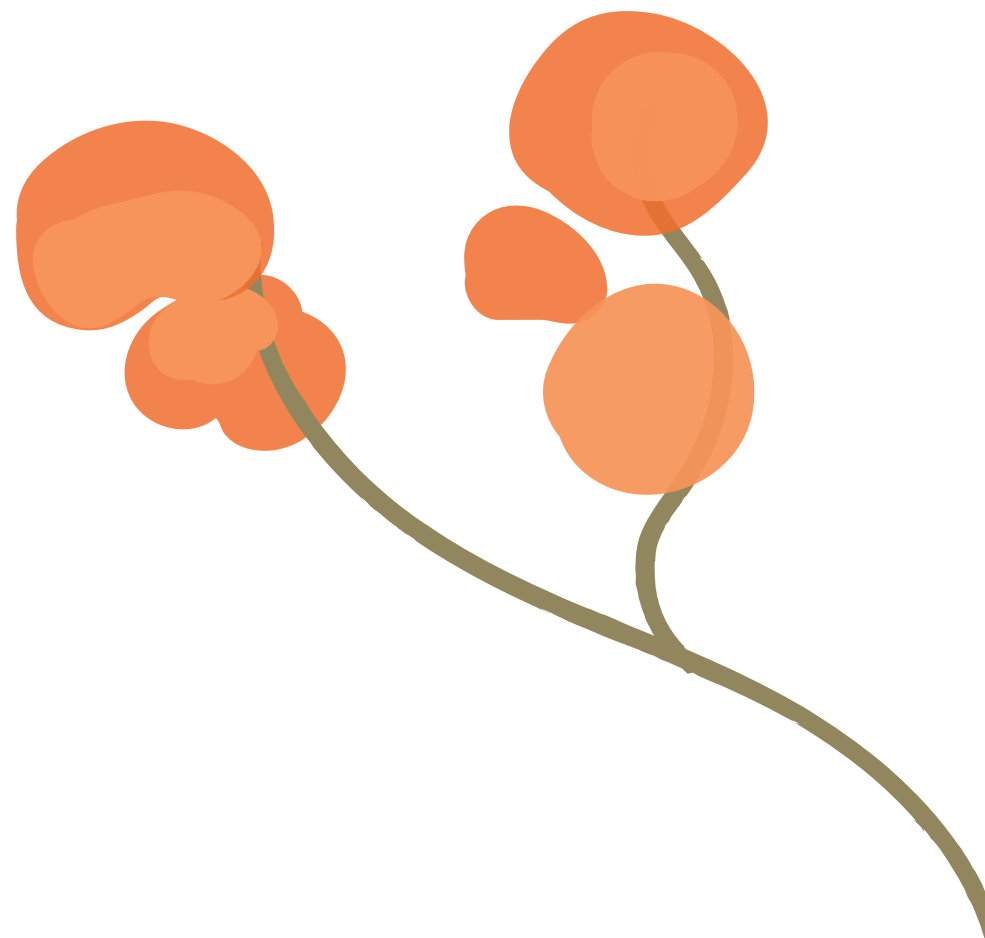
A combinação entre diagnóstico de demanda e diagnóstico de oferta subsidiou as escolhas durante a posterior escrita de IFs para todas as áreas e também de forma integrada. As informações e constatações levantadas pelos grupos de trabalho a partir da análise dos dados não foram úteis apenas para o desenvolvimento de itinerários mais coerentes com a realidade e as necessidades dos estudantes, mas também para posteriores escolhas de formas de implementação dos IFs, sempre buscando aliar melhores resultados aos menores impactos físico-financeiros.

# Próximos passos

Neste primeiro volume do Guia de Itinerários Formativos, você pôde compreender melhor as etapas 1 a 3 do processo de planejamento e implementação dos Itinerários Formativos na sua rede de ensino.

No volume 2 do material você encontrará as etapas 4 a 6, que abordam as definições de arquitetura para os IFs, a formulação do catálogo e também a elaboração de materiais de apoio ao professor para os Itinerários.

Esperamos que você aproveite o material e que ele seja útil para o avanço do Novo Ensino Médio na sua rede!





# Guia de Itinerários Formativos

## Volume I

Planejamento, estudos e diagnósticos  
para os Itinerários Formativos



Educação  
e Trabalho



Instituto  
Sonho  
Grande



FUNDAÇÃO  
TELEFÔNICA  
vivo